

Compra

N.º 16

-6. XII. 2010

LISBOA, 25 DE DEZEMBRO DE 1924

ANO I

Director
Oliveira Tavares

Editor
Joaquim Araujo

Propriedade da Empresa
de Publicidade Colonial, L.ª

GAZETA DAS COLONIAS

Composto e Impresso
Rua do Seculo, 150

Publica-se na 2.ª e na última 5.ª feira de cada mês

Redação e Administração
R. Diário de Notícias, 44, 1.º

QUINZENÁRIO DE PROPAGANDA E DEFEZA DAS COLONIAS

MONUMENTOS COLONIAIS



MOÇAMBIQUE. — Entrada da fortaleza de Sena

COLABORADORES

Albano A. Portugal Durão (antigo ministro), Maj. A. Cifka Duarte (Ex.^{mo} Director da Aeronautica Militar), Dr. Alexandre de Vasconcellos e Sá (antigo ministro), Engenheiro Alfredo Augusto Freire de Andrade (antigo gov. colonial), Dr. Alvaro Xavier de Castro (antigo gov. colonial), Dr. Antonio Gonçalves Videira (Beira-Moçambique), Antonio José Pires Avelanoso, Alm. Antonio J. A. F. Pinto Basto, Major Antonio Leite de Magalhães (antigo gov. de districto), Antonio Pinto Teixeira (antigo gov. de districto), Maj. Antonio Ribeiro de Carvalho (antigo ministro), Eng. Antonio Vicente Ferreira (antigo ministro), Dr. Armando Cortesão, Dr. Armindo Monteiro, Artur Tamagnini de S. Barbosa (antigo gov. colonial), Aires de Ornelas e Vasconcelos (antigo ministro), Cap. Carlos T. A. dos Santos, Dr. Carlos Amaro, Cap. ten. Carlos Pereira (antigo governador colonial) Eng. Carlos Roma Machado, Carlos Oscar da Silva, Eng. Carlos de Sá Carneiro, Al. Carlos Viegas Gago Coutinho, Dr. Constantino José dos Santos (senador), Dr. Egidio Inso, Alm. Ernesto Julio de Carvalho e Vasconcelos, Dr. F. M. d'Oliveira Santos (antigo governador de districto); Dr. Fernando Emidio da Silva, Dr. Francisco Anacleto da Silva (Senador por Macau), Maj. Francisco C. Aragão, Eng. Francisco da Cunha Rego Chaves (antigo ministro), Maj. Francisco Pedro Curado, Eng. Francisco Pinto da Cunha Leal (antigo ministro), Heitor Eugenio de Magalhães Passos (inspector escolar) Ten. Cor. do E. Major Henrique Pires Monteiro, Cap. Ten. Henrique Monteiro Corrêa da Silva (antigo governador colonial), Dr. João Camoesas (antigo ministro), Cap. João Guilherme de Menezes Ferreira, Cap. João Luiz de Moura, Ten. Cor. João Maria Ferreira do Amaral, Dr. João dos Santos Monteiro, Eng. João Tamagnini de S. Barbosa (antigo ministro), Gen. José Augusto Alves Roçadas (antigo governador colonial), Maj. José A. de Melo Vieira, Dr. José Benevides, Dr. José Caeiro da Mata, Cap. Ten. José E. Carvalho Crato, Dr. José O. Ferreira Diniz, Maj. José Tristão de Bettencourt, Luiz de Menezes Bragança, (India), Luiz Moita, Dr. Manuel de Brito Camacho (antigo Alto Commissario em Moçambique), Dr. Manuel Fratel, Manuel Ferreira da Rocha (antigo ministro); Mariano Machado (antigo director da C. F. de Benguela), Dr. Roberto Bruto da Costa (India), Paulino dos Santos Gil (Lourenço Marques), Tomé de Barros Queiroz (antigo ministro).

AGENCIAS

A *Gazeta das Colonias* tem já definitivamente estabelecidas as seguintes agencias:

No Continente:

Para o Porto e Norte do Paiz—Os Ex.^{mos} Srs. Dias Pereira & C.^a.

Nas Colonias:

Para a Provincia de Angola:—A Empreza de Publicidade «Angola», Lim.^a.

Para a Provincia de Moçambique:

Lourenço Marques: Ex.^{mo} Sr. Aniano Mendes Serra (com acção nos districtos de Gaza, Quelimane e Tete).

Moçambique: Ex.^{mo} Sr. Antonio Fernandes da Silva.

Inhambane: Ex.^{mos} Srs. A. Cruz, Limitada.

Manica e Sofala: Ex.^{mo} Sr. Luiz Pereira Eduardo.

Para o Estado da India:—O Ex.^{mo} Sr. Dr. Roberto Bruto da Costa.

Para a Provincia de Macau:—O Ex.^{mo} Sr. Pedro Nolasco da Silva Junior.

Nas restantes provincias: agencias provisórias.

NOVAS SECÇÕES

E' intenção da «*Gazeta das Colonias*» ir alargando progressivamente e quanto a s seus recursos caiba, a sua acção de propaganda e de difusão de conhecimentos que ao desenvolvimento das colonias se prendam.

Nesse sentido irá abrindo novas secções, como sejam, as de: **Higiene Colonial, Historia Colonial, Secção Militar, Etnologia Colonial, Estrangeiro, etc.**

Tambem a «*Gazeta*» vai em breve tentar, o que pode chamar-se a **Iniciação Colonial**, feita por meio de narrativas, em que ás creanças, sob a fantasia que recreie, se revelem conhecimentos exactos sobre a *historia*, a *geografia*, a *etnografia*, a *fauna* e a *flora* das nossas colonias.

Nesta secção procurará a «*Gazeta*» pôr o cunho pedagogico indispensavel, para a tornar um util instrumento de cultura infantil.

Para todas estas secções, receberá sempre a «*Gazeta*» muito gostosamente, toda a colaboração que lhe seja destinada, e que utilisará desde que não saia da orientação geral que traçou.

J.28 FH

INQUÉRITOS ...

PELO sr. Ministro das Colonias foi apresentada na Camara dos Deputados uma proposta de lei, criando uma *Comissão de inquerito á administração colonial*, composta de seis membros, sendo tres escolhidos pela Camara do Senado e os outros pela Camara dos Deputados.

Em virtude do voto expresso da Camara, diz a proposta, se cria a comissão, que se destina a fazer um largo inquerito á forma como se têm executado os diplomas organicos da administração civil e financeira das Colonias, e a colher elementos para a elaboração dum plano de conjunto de administração colonial.

Parecia-nos que, nestes ultimos tempos e em materia de administração colonial, apenas um voto tinha a Camara dos Deputados emitido, que pudesse dar origem á realisação dum inquerito; era aquele que, como conclusão da discussão travada ácerca das dividas de Angola, incidiu sobre a parte da moção apresentada pelo sr. Antonio Maria da Silva, em que se dizia: *que é indispensavel inquirir da importancia dos encargos financeiros contraídos pela colonia de Angola e das condições em que foram assumidos, bem como da utilidade e legalidade da applicação das suas receitas, quer ordinarias quer extraordinarias.*

Estamos por certo em erro e, evidentemente, deve existir qualquer outro voto, que nos terá passado despercebido, visto que não é natural que do facto de se verificar a existencia de dividas contraídas pela provincia de Angola, e de se levantarem duvidas sobre a sua administração, surgisse como consequencia immediata, a realisação dum inquerito a todas as outras provincias ultramarinas, cuja situação não tem, felizmente, analogia com a daquela colonia.

Seja porém nesse ou noutro voto que a proposta se baseie; que ela se ajuste ás intenções do Parlamento ou que vá alem delas, isso não nos preocupa neste momento, em que apenas pretendemos analisar uma das finalidades atribuidas ao inquerito e a maneira proposta para a realisar.

Um plano de administração colonial deve, se não estamos em erro, conter como elementos básicos, as *leis organicas* de applicação geral a todas

colonias e as *cartas organicas* que, devendo ser privativas de cada colonia, tem de ser moldadas nas suas condições particulares.

Estes dois elementos devem completar-se e, parece-nos que em rigor, das normas gerais estabelecidas nas *leis organicas* se devem deduzir os principios a incluir em cada *carta organica*, que assim virá a ser como que a regulamentação dos diplomas bases, para o caso particular de cada colonia.

Este foi o criterio estabelecido pelo Congresso Colonial em presença da tese relatada pelo sr. Ferreira da Rocha.

Parece porem que outro é o criterio do sr. Ministro das Colonias e que Sua Ex.^a prefere seguir um processo indutivo, visto começar por colher nas colonias os elementos para a organização do plano de administração.

Discordamos desta maneira de fazer que, sobre ser a menos apropriada para um trabalho util, se nos afigura contraria ás normas que devem seguir-se nas relações entre a metropole e as colonias.

Mas o que sobretudo merece os nossos reparos na proposta ministerial, é a fórmula adoptada para a colheita dos elementos julgados indispensaveis.

Pela proposta, tais elementos serão colhidos por um grupo de três parlamentares nas colonias africanas, e por um grupo igual, nas restantes colónias.

Sem mesmo atender ás inevitaveis demoras ocasionadas pelas deficiencias de navegação, não será difficil prevêr quão dilatado praso será necessario, para levar a cabo tal missão, pela fórmula proposta.

Acresce a circumstancia de ser difficil conseguir que uma comissão composta apenas de três membros, vá devidamente apetrechada com to-

dos os conhecimentos técnicos indispensaveis para fazer um estudo completo, não sobre uma colónia, mas sobre colonias de aspectos diversos que, apenas por um criterio geografico, foram grupadas.

Assim, sem que ponhamos em duvida a diligencia e a honestidade das pessoas que possam vir a constituir as comissões, prevemos que estas, para cumprir o seu mandato, terão de se louvar nas informações colhidas das entidades officiais, e mesmo das particulares, que das colónias tenham mais conhecimento, e essas informações poderiam obter-se, sem o dispendio de tempo e de dinheiro a que a formula proposta obrigará.

Fazemos justiça ás intenções do sr. Ministro das Colonias; estamos convencidos de que S. Ex.^a está realmente empenhado em promover que a administração colonial seja modificada, como é indispensavel, em harmonia com os preceitos constitucionais e adaptada ás condições das colonias; entendemos porém que a forma proposta para a aquisição das bases para esse trabalho não é a mais conveniente.

Na nossa opinião, a ida ás colonias das comissões de inquerito, é absolutamente dispensavel e só contribuirá para que seja desvirtuada a intenção que deve ter norteiado a resolução do sr. Ministro, como já serviu para que ela seja classificada de *proposta de turismo...*

Emfim, a apreciação do assunto cabe ao Parlamento, que por certo a fará tendo em atenção os interesses do Estado e sem abstrair das responsabilidades que lhe podem vir a caber.

Por nossa parte, expondo sinceramente a nossa maneira de ver, cumprimos um dever, e isso por emquanto nos basta.

R.

A "Gazeta das Colonias"

Apresenta aos seus Ex.^{mos} Colaboradores e Assignantes affectuosos cumprimentos de Boas-Festas.

25-12-924.

Vencimentos dos funcionarios coloniais

A proposito do artigo, sobre este assunto, publicado no nosso numero anterior, recebemos a seguinte carta, a que não deixaremos de responder:

...Sr. Director

No numero 15 da *Gazeta das Colónias*, vejo uma critica ou apreciação feita, aliás com louvavel espirito de economia em defesa dos interesses das colonias, dos diplomas legislativos coloniais n.º 46 e 47, de 8 de Novembro findo, da qual se vê que as nossas leis, em regra elaboradas no interesse da colectividade, ainda mesmo em prejuizo dos interesses do Estado, raras vezes produzem o contentamento geral: ha de haver sempre descontentes, ao lado doutros que se sentem beneficiados.

O articulista que na *Gazeta* se insurge contra as disposições dos diplomas n.º 46 e 47, notando injustiça quer na divisão do funcionalismo em classes, quer na concessão ou sbõno das pensões de aposentações, parece pretender a revogação pura e simples de disposições essenciaes, fundamentais, do diploma legislativo n.º 28, de 5 de Setembro último, diploma que não foi elaborado, secretamente, no gabinete de S. Ex.ª o Ministro das Colonias, mas sim pelo Conselho Colonial, após demorado estado e debate no seio daquela alta corporação, como bem se vê do parecer que precede o decreto.

Ora, desde que os referidos diplomas 46 e 47 derivaram daquele n.º 38 (art. 1.º § 1.º), não era licito ao Mi-

nistro introduzir nesses diplomas disposições contrárias ao decreto basilar, como é o diploma n.º 38, citado, sob pena de nulidade.

A divisão dos funcionarios coloniais em classes, para o efeito da fixação de vencimentos, baseou-se, evidentemente, nas categorias que a esses funcionarios são, por lei, attribuidas nas respectivas colónias, o que é facil de se verificar. E' esta talvez a razão porque os auditores fiscaes, que são, depois do governador, os funcionarios de maior categoria, excepto nas provincias de Angola e Moçambique, ficaram colocados na classe 2.ª Uma vez que um juiz de Relação, procurador da Republica, ou inspector de Obras Publicas, demonstre ter mais alta categoria, julgo ser de inteira justiça que eles sejam colocados em classe mais alta. Em questões burocraticas, especialmente em materia de vencimentos, de pouco valor são os cursos, ou «os anos successivos de trabalhos e de responsabilidades»; atende-se unicamente á situação que um funcionario occupa no serviço do Estado, e mais nada.

Com relação á segunda parte da tal critica da *Gazeta* — vencimentos dos funcionarios desligados do serviço e aposentados — devo tambem observar que carece de fundamento.

Segundo a legislação vigente (Decretos de 20 de Setembro de 1906 e n.º 5:734 e 5:823, de Maio de 1919) pela qual se regula a aposentação de funcionarios coloniais, tem estes direito, após o tempo maximo de serviço, á pensão equivalente ao seu

vencimento de categoria, acrescido duma percentagem anual de 3 % desse vencimento de categoria multiplicada pelo numero de anos excedente a 10, não podendo exceder a 60 %. Exemplificando: se um funcionario se aposentar em Angola após 20 anos de serviço (tempo máximo) e o seu vencimento de categoria anual é de Esc. 2:500\$00, tem direito a receber, na situação de aposentado, esses 2:500\$00 e mais 3 % correspondentes a 10 anos, ou sejam Esc. 750\$00; total Esc. 3:250\$00.

Ora, desde que esse mesmo funcionario, residindo na metropole, tem direito a receber, em escudos, o vencimento metropolitano da sua categoria, correspondente á classe a que pertencer, segundo estabelece o artigo 16.º do referido diploma legislativo n.º 38; não vejo razão para se lhe dar na metropole um tratamento diferente do que teria se continuasse na colonia, muito embora da applicação da lei resultem desigualdades, como as votadas pelo articulista da *Gazeta*. *Dura lex, sed lex*.

Desse principio, a meu ver, justo, legal e moral, derivou a doutrina do art. 2.º do diploma legislativo n.º 47, que a *Gazeta* invoca.

Se o autor do artigo inserto na *Gazeta*, a que me refiro, leu com atenção a consulta do Conselho Colonial, que precede o diploma n.º 38, publicado no *Diario do Governo* n.º 201, I série, certamente me dará razão. Terminando, creia-me de V., etc.

J. G.

Santos Machado & C.^a, L.^{da}

Comissões e Consignações

Importadores e Exportadores para Africa e Brazil. Representantes dos principais centros fabris, nacionais e estrangeiros

Rua do Bomjardim, 345—PORTO—(PORTUGAL)

Endereço telegrafico: SAMALI — Telefone, 2482

Agências em: CABO VERDE -- Praia, S. Vicente e Ilha do Fogo. -- GUINÉ -- Bissau e Bolama. -- S. THOMÉ E PRINCIPE -- S. Thomé. -- ANGOLA -- Loanda, Ambriz, Malange, Benguela, Mossamedes e Sá da Bandeira (Lubango). -- AFRICA ORIENTAL -- LOURENÇO MARQUES -- Manjacaze.

Aceitam agentes onde não os tiverem.

Missões Religiosas



D. Teotônio Ribeiro Vieira de Castro
(Bispo de Meliapor)

No 2.º Congresso Colonial, em que assunto foi largamente debatido a proposito da tese relatada pelo venerando colonial, sr. Mariano Machado, manifestou-se uma absoluta unanimidade de opiniões, favoráveis á acção das missões religiosas, sem que, é claro, deixasse de ser justamente considerada a importancia das missões laicas, quando devidamente preparadas.

A nossa soberania nas colónias tem que alicerçar se, não só numa impecavel acção administrativa, que nos imponha constantemente ao respeito dos estrangeiros, mas ainda no prestigio que entre os naturais se mantenha, pela assistencia moral e material que lhes prestemos.

Neste campo podem as missões religiosas ter uma acção dum alto valor, que muito convem facilitar e de que ellas se desempenharão se não perderem de vista o exemplo de algumas nobres figuras de missionários, que ilustram a sua história e que têm um legitimo representante no actual Director das Missões dos Padres Seculares, o sr. D. Teotônio Ribeiro Vieira de Castro, Bispo de Meliapor.

Apontando S. Ex.^a como um nobre exemplo a seguir por todos aqueles que ás Missões Ultramarinas se destinem, prestamos ao illustre Missionário da India uma sincera homenagem, que lhe é devida pelos altos serviços prestados á nossa obra de colonisação e pela inextinguivel dedicacão que sempre pôz no serviço de Portugal.

Desde que pelo seu exemplo seja norteado o exercicio das missões, devem estas constituir um poderoso factor de colonisação que ao Estado merece todo o apoio, certo como é que só pela sua acção se poderá neutralisar a das missões estrangeiras que nas nossas colonias abundam e que, disfrutando todas as facilidades, vão rializando junto dos indigenas uma propaganda que os desnacionalisa.

E' sob este aspecto que o problema das missões religiosas tem de ser encarado oficialmente, furtando-o á influencia de crenças e preconceitos, para só subordinar o seu estudo e a sua resolução aos interesses do País e ás exigencias da nossa condição de nação colonisadora.

O papel que ás missões religiosas ultramarinas tem cabido, e deve continuar a caber, na nossa obra de colonisação, tem sido por véses menos justamente apreciado.

Verdade seja que as dúvidas sobre a utilidade desses organismos, partem em geral de quem, não conhecendo

de perto a vida das colónias, está impossibilitado de avaliar os serviços que a Portugal elles têm já prestado e a necessidade que ha de opôr a sua acção á de outras missões igualmente religiosas, mas estrangeiras, cuja influencia, difficil de eliminar, é sempre altamente lesiva da nossa soberania, pela desnacionalisação que provoca.

COLONIZAÇÃO

O interior do Brasil deve vir a ser o destino futuro da maioria dos emigrantes portugueses (?)

SUBORDINANDO-AS a esta epigrafe e a proposito da conveniencia duma mais completa aproximação com o Brasil, publicou recentemente o nosso brilhante colega *Diario de Lisboa* umas opiniões do sr. Antonio Sergio, sobre as necessidades daquele país e sobre a forma da sua colonização.

Daf recortamos, com a devida vénia, os seguintes periodos:

— *No problema das nossas relações com o Brasil, precisamos de partir do exame da situação desse grande país e das suas necessidades.*

— *E o primeiro problema a resolver... — E' o da povoação do interior — problema basilar, de que dependem todos os outros problemas.*

— *E o nosso primeiro problema em relação ao Brasil?*

— *E' o de ajudá-lo a realizar essa povoação, fornecendo-lhe emigrantes que vão para lá, não para ficarem nos portos, no litoral, empregados no pequeno commercio, mas para se dedicarem á agricultura, no interior do país.*

Mais adiante, como programas do auxilio a prestar ao Brasil e da organização duma especie de *curatoria* dos emigrantes:

— *O que me parece que se deveria fazer era um entendimento entre os dois governos, português e brasileiro, do qual resultasse a instalação, nos portos do Brasil, duma Comissão de Emigração que se encarregasse de proteger o emigrante mal elle chegasse, e o dirigisse para os territórios previamente indicados pelo governo brasileiro á referida comissão.*

O sr. Antonio Sérgio, occupando entre os nossos intellectuais um lugar de destaque, que conquistou pelo seu talento, é *alguem* na nossa terra; as suas opiniões merecem-nos uma consideração que o seu proprio valor justifica.

No caso presente, porém, estamos longe de dar o nosso aplauso ás suas maneiras de ver, se é que não as interpretámos erradamente.

Como esclarecimento devemos dizer que é sempre com a mais viva simpatia que nós seguimos todas as diligencias effectuadas no sentido do que se tem chamado a nossa aproximação com o Brasil. Entendemos serem absolutamente justificados todos os esforços feitos para que não se afrouxem os laços naturais que nos ligam a esse país, que se formou sob a acção colonizante de Portugal.

Não impede isso, porém, que nós, mesmo sem invocarmos a posição que occupamos, e que é de intransigente defesa das nossas colónias, vamos antepôr os interesses duma terra que, comquanto nos mereça todo o carinho, já não é nossa, aos de outras, cuja vida deve hoje constituir a nossa preocupação dominante, e que tem o direito de exigir e de esperar de nós todo o esforço no sentido de as valorizar.

Fixemos as vistas nas nossas provincias ultramarinas, onde é indispensavel que exerçamos a mais larga e a mais eficaz acção de colonizadores; avalie-se quantas energias lá poderão e deverão empregar-se, valorizando aquelas terras que são nossas, e que é mister que continuem a sê lo; pense-se nas necessidades das suas industrias, no dia em que elas sejam o que devem ser; pense-se na conveniencia de entregar á mão de obra nacional tantas artes e tantos officios que li estão sendo exercidos exclusivamente por estrangeiros mal remunerados; pense-se nas actividades que deve absorver a agricultura de plantação, que ha que intensificar em tantas regiões; pense-se em tudo isso, medite se a situação das nossas colónias, ponderem-se as suas necessidades e que nos digam depois se Portugal, com os seus 6 milhões de almas e mais de 2 milhões de quilómetros quadrados de domínios ultramarinos, tem o direito de pensar em canalizar a sua emigração para qualquer outro país.

Como se poderia conciliar tal procedimento com as resistencias já postas, e sobretudo com aquelas que por vezes vemos reclamadas, contra a imigração estrangeira nas nossas colónias?

Fará sentido que se ande a apregoar a feracidade das nossas terras de Africa, para depois *fornece-nos* os nossos trabalhadores para um país estranho, que a natureza do clima não torna mais recomendavel do que aquelas, e fecharmos as portas a todas as outras correntes de imigração?

Não; todos os nossos esforços devem ser no sentido de orientar a nossa principal corrente emigratoria para as nossas colónias, garantindo aos emigrantes as indispensaveis con-

dições para a sua fixação, em muitos pontos já seguramente reconhecida como possivel.

Esta é a nossa opinião e se por desventura ela fôr de encontro ás maneiras de ver do sr. Antonio Sérgio, isso muito nos peza, pois temos por S. Ex.^a uma grande admiração, que em nada é diminuida pelo antagonismo de ideias que esboçamos.

E não é só nossa esta opinião. Ao oscrovermos recordavamos as palavras de Leite de Magalhães, no final do seu brilhante relatório sobre o Cuanza Sul. Diz elle, exteriorizando uma bela visão do que deve ser ali a nossa colonização:

«Pequena propriedade e agricultor de faces tsnadas pelo sol e mãos calejadas pelo trabalho dos campos — eis o meu sonho. Colonização escolhida entre os humildes cavadores de Portugal, que na rabica do arado tenham aprendido a ganhar o pão de cada dia. E colonos que o Estado ampare e guie até que a terra os enfarte de produção, para que não sucumbam de miseria ou desalento antes de vencidas as acabrunhadoras dificuldades de começo. Colonia cooperativa, que possa dispensar o credito agricola e encontrar na sua propria organização os recursos de que carecer, armando-se de couraça forte contra os insucessos e contra a usura.

Regime do propriedade garantido contra a pulverização e a rapina pela constituição do *homestead* ou dos bens de familia, mantendo-se a terra una, como celeiro indiviso e inalienavel que o Estado carinhosamente fundou e protegeu. E estes serão os mais sólidos alicerces em que poderemos assentar a construção de Portugal-Maior. Nos 10.000 quilómetros quadrados de terras colonizaveis que o distrito encerra, mais de 10.000 familias poderão achar guarida venturosa. Instalem-se nucleos de atracção em pontos dispersos do planalto, sob a protecção de granjas experimentais e orientadoras que o Estado crie, e eles servirão de apoio á onda dos imigrantes futuros.»

Como poderia conciliar-se a realização deste belo plano, com o *fornecimento* dos nossos trabalhadores para outras terras?

Guiné

Algumas considerações sobre a economia da provincia

A Guiné é uma das nossas colónias que mais tem progredido, depois de 1914, e se é certo que a muitos portugueses se deve esse progresso, é inegável que a acção coordenada do actual Governador coronel sr. Velez Carozo tem valido de muito.

A falta de relatórios e outras publicações que se comprem, para nos pormos em dia com os progressos a partir de determinadas datas, nós temos sempre que nos valer das informações dos colonos vindos á Metropole, para termos conhecimento do que nas colónias se faz, e podermos em golpes certos fazer a apreciação do seu progresso. E' pena que ainda não se procurasse pôr á mão dos estudiosos, e a preços accessíveis á bolsa desses desprovidos, tudo quanto á vida das colonias se refere, como os seus Boletins, as suas estatísticas e os seus relatórios. Posto isto, vamos ao que mais importa.

A' instabilidade dos governadores coloniais de uma parte, á insuficiência do pessoal superior posto á sua disposição de outra parte, são devidos muitos dos males de que algumas colónias enfermam e de que só a custo conseguirão curar-se; como serviços dos mais importantes estão os das obras publicas e os de agricultura, e nêles os resultados obtidos só uma ou outra vez tem sido bons, tão incompetente se tem mostrado a grande maioria dos que ás colonias têm ido, no desejo de conq. star faceis louros, cujas folhas caem pela viagem, chegando á Metropole os simples troncos, nós como as obras deixadas. Assim tem sucedido que muitos governadores das colonias, cheios de fé nos destinos da Patria, crentes na boa vontade e intelligencia dos auxiliares, bastas vezes tem visto quebrar a sua energia, contra a inercia de incompetentes, que nunca souberam fazer nada, senão passar tempo. Assim, os mais atrasados serviços nas nossas colónias, são os da agricultura e os das obras publicas.

Passa-se a este respeito um facto

curioso na Guiné, o qual é, que tendo em tempos sido feitas experiencias para se ter a carieza da produtividade do café e do tabaco, experiencias aliás desnecessarias porque as condições do clima eram indicação segura do bom exito, esta provincia não tenha visto diminuir a importação do tabaco em folha e do café, subindo aquela a quasi dois mil contos, a que uma cultura de 600 hectares punha termo, bem rapidamente. As nozes de cola, tambem são importadas das possessões francezas, em quantidades que atingem 100 toneladas, no valor de mais de duas centenas de contos. Estes factos dão-se, por não haver quem indique aos colonos quais as culturas que mais convêm a cada colónia e lhes faculte os meios indispensáveis de as tentar com o melhor dos exitos. E' facto que os colonos procuram sempre culturas que lhe tragam rendimentos tão immediatamente quanto possível, e neste caso estava só o tabaco que produz dentro de um ano, enquanto que o café e a coleira só mais tarde dão produtos, mas tambem é facto que entre os colonos caboverdeanos ha de haver muitos milhares, que, pelo menos, sabem cultivar o tabaco á moda da sua terra, que não sendo exemplar sempre é cultivar e portanto produzir.

Tambem é difficil perceber se porque a Guiné, tão rica de boas madeiras, que na antiguidade faziam as delicias dos nossos carpinteiros de machado, ao fazerem o seu aparelho para as naus de então, ainda não começou o seu aproveitamento, desdobrando as á serra mecanica, em tamanhos proprios para o emprego na marcenaria da Metropole, que hoje importa do estrangeiro a maior parte dessas madeiras. Ha que lembrar que os tempos de agora não são os de anos atrás, em que se destruiu pelo incendio a primeira officina de serração mecanica a que estava reservado um largo futuro, tendo um seu proprietario belga, sócio com portuguezes, de abandonar a Guiné, praguejando con-

tra a nossa occupação de então, bem rudimeantar, seja dito de passagem, que permitia sem castigo os maiores vandalismos, a que não escapavam os proprios campos de cana de açúcar, nas imediações de Bissau.

Um outro assunto que merecia estudo é o que se refere ás possibilidades mineiras da Guiné, de que ha apenas conhecimento muito pela rama; é certo que as pulseiras de ouro, fundidas pelo gentio, cujo precioso metal era encontrado nas lavagens dos aluviões de alguns rios é um indicio seguro da sua existencia, como é seguro que o estanho com que eram decorados em desenhos caprichosos as armas e apetrechos gentilicos, é encontrado tambem em aluviões e fundido pelos indigenas em originaes cadinhos de barro da Guiné. Mas, nada mais se sabe. Temos muitas vezes insistido neste assunto, pois entendemos que merecia a pena avaliar da riqueza aluvial em ouro ou outros preciosos da nossa Guiné, por onde se podia chegar á descoberta dos filões, se os ha.

A nossa riqueza em minérios metallicos não é tanta que nos permita pôr de parte a pesquisa de um território a dois passos da Metropole, onde a existencia das pesadas pulseiras de ouro de fabrico indigena, não é da lenda, visto que se vêem e se lhe sente o peso. Além do mais, tambem é uma verdade que as minas de estanho da costa ocidental da Africa, principalmente as da Nigéria, são importantes e podem existir outras que se aproximem do nosso território e sejam trazidas pelas correntes, e isso só pesquisando é que se conhece.

Deixámos propositadamente para o fim a importação do alcool simples, que anda por um milhão de litros por ano e valor muito superior a dois mil contos. E' claro que uma tal importação nos não alegra, porque ela vai servir em larga escala para a destruição do indigena, que é necessario á Guiné, por mais maquinas que se importem, por mais latifundiarios que sejam os seus territorios e ás maqui-

nas se prestem; o problema da mão de obra, que tão importante está sendo em S. Tomé, em Angola e em Moçambique, deve-nos merecer especiais cuidados com a população de outras colonias, como primeiro elemento de progresso, e por isso mesmo a importação das bebidas alcoolicas, como o seu fabrico, deve ser evitada a pouco e pouco, embora muito bem saibamos que o indigena ha-de procurar maneira de se alcoolizar, seja porque forma fôr, como sendo a coisa que mais o delicia, e a muitos brancos, valha a verdade. Mas, enquanto o não seja, podiamos fazer derivar a importação para Cabo Verde e para a metropole, em vez de irem á America e á Holanda buscar esse alcool; Cabo Verde tem uma importante produçã, de aguardente de cana, que, é um beneficio fazer sair de lá, e de resto a metropole, como a loucura da cultura da vinha, tem farta materia prima para produzir todo o alcool que a Guiné precise. Mas que nos não julguem incoerentes. O ideal é não facilitar alcool ao indigena da Guiné, nem a qualquer outro, mas, enquanto se não tiver dificultado o consumo do alcool, dê-se ás outras colonias ou á metropole o dinheiro com que se compra o veneno ao estrangeiro.

E por hoje basta.

A. XAVIER DA FONSECA

Eng.º

Quadro das disponibilidades da Provincia em deposito no Banco Nacional Ultramarino e Recebedorias dos Concelhos

Disponibilidade da Provincia		
Referidas a 30 de Junho de 1921		
No Banco Nacional Ultramarino :		
Depósitos judiciaes	190:508\$66,1	
Depósitos diversos	50:432\$44,4	
Bens dos inimigos	292:124\$08	533:065\$18,5
Depósitos da Fazenda		1.326:086\$78,3
Nos Concelhos e Circunscricões :		
Concelho de Bolama	9:483\$51	
Concelho de Bissau	62:204\$11	
Circunscricão de Cacheu	11:435\$49	
> Farim	18:282\$28	
> Bafatá	200:254\$65	301:660\$04
<i>Total</i>		2.16:812\$00,8
Disponibilidades da Provincia		
Referidas a 30 de Junho de 1922		
No Banco Nacional Ultramarino :		
Depósitos judiciaes	127:916\$30,1	
Depósitos diversos	16:744\$72,4	
Bens dos inimigos	292:506\$90	437:161\$92,5
Depósitos da Fazenda		589:141\$28,2
Nos Concelhos e Circunscricões :		
Concelho de Bolama	411:113\$71	
Concelho de Bissau	156:853\$54	
Circunscricão de Cacheu	5:571\$33	
> Farim	9:914\$69	
> Bafatá	81:661\$06	675:114\$88
<i>Total</i>		1.701:418\$0,87

COMPANHIA AGRICOLA DA BEIRA

CAPITAL £ 350.000

Productores do Extracto de Mangal — Sabão
Madeiras Serradas — Milho — Algodão
Feijão e Amendoim

CREADORES DE GADO

SÉDE

Rua do Crucifixo, 16, 2.º

LISBOA

ADMINISTRAÇÃO EM AFRICA

BEIRA

Gaixa Postal 162—Africa Oriental Portuguesa

Endereço Telegrafico—AGRIBEI

Cabo-Verde

RESPOSTA A UMA CONTESTAÇÃO

Melhores dias para Cabo Verde?

O sr. Xavier da Fonseca, que vem publicando uma série de artigos sobre Cabo Verde, no louvável intuito de pôr os governantes ao corrente daquilo que se tem que fazer para alcançar o maximo desenvolvimento de que tanto carece a provincia, contesta ou pretende contestar as afirmações por mim feitas sobre «o porto grande de S. Vicente e o problema do abastecimento de agua».

Peca a sua contestação logo de começo por uma declaração a mim atriuida, que precisa do devido esclarecimento.

Não affirmei que o Governador de Cabo Verde esteja na disposição de encarregar estrangeiros de fazerem o estudo das obras do Porto Grande.

Nem isso poderia dizer, porquanto não conheço quais sejam as intenções do sr. Governador, neste momento, no tocante ás obras referidas.

Categoricamente declarei, que, perfilhando todos a ideia do governo em iniciar as obras, por esse facto não se deixaria de exigir que os estudos e as consequentes obras fossem feitas por técnicos estrangeiros.

Affirmei ainda que esses estudos por varias vezes iniciados, nunca tiveram finalidade util, ou empregando as precisas expressões, nunca se fizeram em termos.

Não fui mais longe, nem indiquei os motivos desses fracassos.

Mas o sr. Xavier da Fonseca vem, com a sua competencia profissional, mostrar-nos esses motivos: a incompetencia das comissões e engenheiros nomeados para os fazerem, e a consequente incompetencia ou inconsciencia de quem os nomeou. Não pretendo entrar na discussão sobre a incompetencia dos homens encarregados dessa missão.

Não pretendo, nem posso, porque não sou técnico.

Mas manda a verdade que se diga que essa informação não deve ser de

todo exacta. De facto entre as pessoas que teem figurado como técnicos nos estudos das obras do Porto Grande, uma ha, que eu conheça, a quem se não deve intitular de incompetente em materia de engenharia, mórmente em estudos preliminares, como os que então se tentaram fazer. Essa pessoa é o sr. coronel Viriato da Fonseca, que por bastas vezes, tem dado provas que talvez qualquer outro não desse, da sua competencia profissional, em trabalhos por ele feitos em Cabo Verde. Nada se fez, nem mesmo quando o sr. coronel Fonseca se encarregou desses estudos. Será isso bastante para se declarar abertamente, que comissões nomeadas fossem absolutamente incompetentes, e que algumas dezenas de engenheiros que teem passado pelas obras publicas de Cabo Verde, apenas deitassem conta aos seus vencimentos e nada mais? Parece-me exagero essa generalidade de classificação e decerto o sr. Xavier da Fonseca será o primeiro a reconhecerê-lo.

Esta minha declaração não pôde ser tomada como defeza dos incompetentes.

Eles, melhor que ninguem, dirão de sua justiça.

Mas, o sr. Xavier da Fonseca accusa-me de escrever que não ha em Portugal quem com honra para a engenharia estudiosa e aplicada seja capaz de estudar convenientemente as obras do Porto Grande.

Mas onde viu isso escrito por mim sr. Fonseca? No meu artigo publicado no n.º 8 da *Gazeta*, não.

Escrevi realmente que esses estudos devem ser feitos por estrangeiros, porque em *Portugal não temos empresa que possa tomar tal encargo*.

E isto porque tenho a opinião de que as obras devem ser feitas por quem as estudar.

Ora como não admito em principio algum que o Estado Português se encarregasse dessa missão, pelo sim-

ples motivo, de que essas obras nunca mais teriam fim, e ainda porque em Portugal não me consta, que exista empresa particular, em condições, que tomasse a si esse encargo com compromissos taxativos, não poderei ter outra opinião sobre as obras do Porto Grande, senão esta: estudos e obras feitas por técnicos estrangeiros, sob fiscalização de técnicos portugueses.

E é só por isso.

O sr. Xavier da Fonseca é todo apologista dum cais acostavel.

No meu artigo condenei a construção de tal cais. Apontei os motivos dessa minha condenação e o sr. Fonseca indica os que o levam a ser partidario dessa construção, e são eles a maior facilidade do fornecimento do carvão e o seu consequente embaratecimento, e ainda a suposição de que S. Vicente possa vir a ser um grande entreposto comercial entre a Europa, Africa e America do Sul.

O fornecimento do carvão de porão para porão aos vapores acostados ao molhe, é irrealizavel quando se supozer que tendo as obras do porto a finalidade de chamar a si o maior numero de vapores, temos que contar com uma media de 10 a 15 vapores por dia. No sistema actual de fornecimento, os vapores que aportam a S. Vicente para tomar carvão demoram-se quatro a seis horas, o que denota celeridade de serviço, aliás reconhecida pelo sr. Fonseca.

Quantos vapores carvoeiros seria necessario estarem atracados ao molhe para fornecimento diario a quinze vapores? Ou quereria o sr. Fonseca que se estabelecesse «bicha» de vapores á espera de vez?

Esse sistema sendo ideal é absolutamente impraticavel.

— Não sou intransigente quando emito uma opinião.

Apesar de novo, e os novos são quasi sempre intransigentes, gosto sempre que contestem as minhas opiniões, levando-me racionalmente á convicção de que o meu modo de pensar é errado.

Por isso, declarar-me-hei em absoluta concordancia com os defensores do cais acostavel, se o sr. Xavier da Fonseca me convencer, com dados certos, de que ha possibilidade de se conseguir isto que afirma no seu artigo de contestação:

1.º—Fazer com que o porto grande de S. Vicente passe a garantir toda a carga de retorno que se possa oferecer aos navios que indo levar carvão a S. Vicente, são depois obrigados a navegar sem carga.

2.º—Facil seria tornar S. Vicente um grande entreposto comercial entre o Brasil, Africa e Europa desde que no seu porto se garantisse facil transbordo de mercadorias.

—Convencido de que S. Vicente poderá vir a ser um entreposto comercial entre a Africa, Europa e Brazil, convencido ficarei da urgente necessidade da construção de um cais acostavel.

De outra fôrma, não.

* *

Devem surgir em breve, melhores

dias para a malfadada provincia de Cabo Verde. E porquê? Porque á frente da pasta das Colonias se encontra um illustre filho dessa provincia, sr. Carlos de Vasconcelos.

S. Ex.ª pertence a um governo presidido pelo sr. José Domingues dos Santos, cujas palavras, no acto da posse, a que eu assisti, não deixaram duvidas a ninguem que S. Ex.ª e o seu governo vão impôr por todos os meios um novo regimen de administração tendo por lêmã a legalidade e a moralidade. Foi expresso, claro e terminante nas suas declarações.

E o sr. Carlos de Vasconcelos que ainda hoje é ministro, decerto que concordou com as palavras do chefe do governo, porque doutra forma teria já abandonado a sua pasta.

Pois bem. Cabo Verde tem a receber de ha muito da Administração dos Correios e Telegrafos cerca de 2.000 contos. Por mais que se faça não ha meio de dar entrada nos cofres da provincia essa importante soma.

Pergunta-se porque recebe a A. G. C. T. o dinheiro que lhe não pertence, e que nunca mais entrega a seu dono, e ninguem sabe responder.

Neste momento, Cabo Verde exige do sr. Ministro das Colonias, que deve ter poder para isso, que faça entrar sem delongas nos cofres da provincia aquilo que lhe pertence. E se

o não conseguir, tem só um caminho a tomar: demittir-se immediatamente.

Ao mesmo tempo e afim de evitar novas e futuras sonegações, S. Ex.ª vai decerto pedir ao parlamento autorisação para acrescentar uma clausula ao contracto feito com a Companhia Inglesa do Cabo Submarino, no sentido de as contas serem prestadas e as taxas pagas directamente ao Ministerio das Colonias.

Isto é que é moral e legal e é isto o que se tem de fazer.

Sendo assim Cabo-Verde receberá dentro de poucos mezes, directamente da Companhia, cerca de 10.000 contos, quantia esta que representa os 50 % que pertencem á provincia, pelas taxas dos telegramas que transitaram pelos seus cabos neste ano de 1924.

Estão pois nas mãos do sr. Carlos de Vasconcelos «os melhores dias para Cabo-Verde.

Deixa-los-ha escapar?

E' o que vamos vêr.

Lisboa, Dezembro, 1924.

FRANCISCO ANTONIO MARTINS.

Segundo os ultimos trabalhos scientificos pode curar-se a tuberculose, com a «Palmol». Pedir instruções á «Sanitas» T. Carmo, 1, Lisboa.

Propaganda Colonial

Conferencias promovidas pela

GAZETA DAS COLONIAS

A primeira conferencia, da série que a «Gazeta» promove, deve realizar-se no dia 3 de Janeiro, numa sala da Sociedade de Geografia de Lisboa.

E' conferente o sr. Dr. Brito Camacho, que subordinou o seu estudo ao têma

«Politica Colonial»

A entrada é por convites, podendo os bilhetes ser requisitados na Redacção da «Gazeta das Colonias», Rua do Diário de Noticias, 44, 1.º, e na Secretaria da Sociedade de Geografia.



Angola

A CRISE DE ANGOLA

O mal e o remédio — Justiça inglesa

JA longa vai a serie destes artigos e fatigada ha de estar, por certo, a paciência dos que bondosamente me têm lido sem vislumbrar uma conclusão atravez de tantos e tão insulsos arrazoados. Mas, desta feita, não ha de ficar iludida a sua irrequieta curiosidade, porque também cansado me sinto, da rude tarefa em que a minha insofrida consciencia me lançou. E é tempo de acabar com isto, para que todos nós repoisemos em santa e dóce calma, depois da agitação em que nos deixou o pesadêlo; sossêgo para mim,—que em camisa de onze varas andei metido; sossêgo para os meus leitores,—que desta imensa estopada ficarão aliviados; sossêgo para a «Gazeta»,—que também tem assuntos de mais valia para tratar e com outros encantos que da minha humilde pena não odem escorrer.

Ora, quanto a mim, a *crise de Angola* que o sr. Filomeno da Camara, nos seus brilhantes artigos, pretendeu focar como uma *crise de produção*,—e que outro distinto articulista nos apresentou como uma *crise de administração*,—é apenas isto: a crise consequente do... *regime bancário e monetário da Provincia*. Sem moeda sã e sem organismos bancarios que lhe consintam o livre exercicio da sua actividade, a *crise de Angola* era fatal. Sujeita ás flutuações do câmbio na Metropole,—ela, que tem toda a sua vida económica dependente da cotação da libra,—e sujeita á capacidade financeira do Banco Nacional Ultramarino,—ela, que se encontra num periodo de crescimento incompatível com a insignificância do capital do Banco,—a situação existente não pode supreender quem, a frio, tenha reflectido sobre o assunto, e ainda muito mais grave poderá tornar-se, se, continuando a descida da libra sem previa modificação nas condições económicas de Angola, esta tiver de suspender abruptamente toda a sua actividade agrícola e, conse-

quentemente, as suas exportações, por se converter em fonte de ruina qualquer exploração da terra.

Repare-se bem em que, pela desvalorização da moeda na Metropole, tudo em Angola soffreu o reflexo dessa desvalorização:—os vencimentos dos empregados, os salários dos indígenas, e os gêneros de alimentação. Mas os altos preços obtidos pelo produtos nos mercados externos consentiam aquelas diferenças, com a margem bastante para as compensações do trabalho e do capital. Em poucos mezes, porém, a libra baixou cerca de 35 %; as cotações dos produtos foram descendo conjuntamente; e, a economia de Angola, presa por um lado ás suas obrigações contractuais e por outro lado amarfanhada pela suspensão de quasi todas as operações do Banco,—transferencias e descontos,—essa é que não viu senão aproximar-se o ponto em que as receitas e as despesas se equilibram em tamanho, para logo a seguir as primeiras se tornarem menores que as segundas. Oxalá estas ligeiras considerações possam arrefecer os entusiasmos daqueles que na *unificação monetária* chegaram a descortinar remedios de salvação, sem pensarem que a *moeda doente* de Portugal até Portugal contaminou de males que estão roubando horas de sono aos seus homens de governo.

Mas o Banco, é, inquestionalmente, o factor, maximo da *crise* que Angola está padecendo. Ele a provocou. E ainda ninguem sabe se é criminoso, por ausencia de motivo aceitavel, ou justificado, por haver imperiosa razão em que se firme, o seu procedimento de ha dezesete longos e inolvidaveis mezes em que, indifferente ao ruir duma colónia inteira, as suas portas se fecharam para todos os socorros e para todas as angustias.

Quem nos diz porque? Quem nos explica porque?—Ninguem. A propria *carta aberta* do sr. Dr. João Ulrich aos seus conócios da Associação Commercial de Loanda, que eu li tão

deliciadamente que me deixei prender nas suas *malhas*, não passa dum *canto de serena* gorgeado para os corações desprevenidos. Com o rolar do tempo, tudo quanto nela me iludiu só veio a alimentar-me de razões para suspeitar dos seus... encantamentos. E, hoje, até me apetece morder a mão com que, no jornal a *Patria*, levado pelo meu amor a Angola, cheguei a defender o resgate dos *bonds* da sua divida até á importância necessária para que as transferencias fossem restabelecidas,—mal supondo, então, que essa seria, talvez, a mais ardente aspiração do Banco.

Foi por um officio dirigido pela filial do Banco em Loanda á Associação Commercial da mesma cidade que a desconfiança se apossou de mim. Dizia-se nesse officio que a questão das *transferencias* só podia ser resolvida quando o Banco fosse reembolsado das importancias que, por effeito do emprestimo realizado, o Governo da Provincia fizera sair dos seus cofres da metrópole,—e foi como se um golpe de luz me batesse de chapa nas meninas dos olhos. Pois quê?! Em nome de que direito, e em nome de que principio, aparecia a descoberto tão insolita exigencia após uma operação livremente realizada?

Lembrei-me, então, de que o Banco havia tentado levantar em *organismo bancário official*, sob caução de titulos da divida de Angola, a quantia de 16.200 contos, que lhe fôra recusada (fls. 31, da «Carta aberta» supracitada). E á minha reminiscencia acudiram em tropel os fracassados esforços do Banco para que a esses titulos fosse dado valôr que lhe permitisse realizar disponibilidades quando delas carecesse; veio depois a fragilidade da razão que se alegara (a insuficiencia do prêmio) para isolar a Provincia das suas relações comerciais com a metrópole; avolumou-se a suspeita ante a desvalorização da moeda, insensatamente justificada com... a *abundancia de*

notas trazidas para a metrópole e levadas para as outras colónias; e veio, por fim, a restrição dos descontos, asfixiando o commercio como a anilha dum garrote, desvairadamente atribuída... ao limite atingido pela emissão fiduciária da Provincia, ou, por outras palavras equivalentes, á insuficiência da circulação.

Desta forma, nem mesmo as mais comezinhas regras da *economia politica* conseguiam ficar de pé ante a fúria destruidora do Banco: a nota, que emigrava da colónia buscando a conversão que o Banco lhe negava, era igualmente *desvalorizada* no lugar, onde aparecia... e na colónia, onde faltava. A *insuficiência das notas*, que serve para justificar a restrição ou a suspensão dos descontos, também o Banco a não toma em conta para a *valorisação* que por todos os títulos lhe cabe, e, ao mesmo tempo que com ela sufoca o commercio, vai extorquindo, aos raros que por elle transferem o pão das suas famílias ou as magras economias do seu suor... os 20 % da *desvalorisação*, como se houvesse uma inundação de notas na Provincia.

Obrigou o Estado a restringir as suas importações, quando delas estava carecido para o seu fomento. Levou-o também a cessar a concorrência na obtenção de cambiais, e até a suspender o decreto n.º 365, que em abundancia lhas entregava, collocando-a na impossibilidade de acudir ás suas necessidades próprias e até de socorrer muitas alheias. Ocasionalmente a suspensão de todas as obras, a asfixia de toda a prosperidade, a propria queda do Alto Comissario que ousara lutar contra o seu poder. E, pouco a pouco, com a inflexibilidade dum verdugo cumprindo uma sentença, foi convertendo em realidade todos os horrores que se *pin-taram* na carta já parcialmente transcrita no segundo artigo desta serie.

Para que tudo quanto o Banco tem feito se pudesse tomar como *medida de salvação*, seria necessário;

1.º Que nos demonstrasse a possibilidade de, com o aumento do prémio de transferencias, sustar o desequilíbrio da sua *balança de pagamentos*, como alegara quando o requerera;

2.º—Que o desequilíbrio da sua *balança de pagamentos*, resultou, de facto, das importações do Estado, e que para ele não tinha *coberturas* provenientes de quaisquer outras provincias ultramarinas;

3.º—Que não tinha possibilidade de aumentar o seu capital de harmonia com a desvalorisação da moeda e de forma a corresponder ao aumento da circulação, fomentador da riqueza, que lhe fora consentido no ultramar.

Quando tudo isto nos provasse, só

poderíamos estranhar, então, que, de ferocidade e não de humildade, fôsse a sua attitude. Quem é pobre, não tem orgulhos: não fere, nem irrita. Estende a mão e... pede. Mas o Banco não pede: mata. E, todavia, tudo quanto é, ás colónias o deve. Se descarinhosamente as trata, é, talvez, porque se esquece de que nelas apenas tem empregados 2.000 contos do seu capital... mobilisando, todavia, mais de 80.000 contos da sua emissão privilegiada. E tendo sido, graças a elas, que o seu crédito se firmou e que os seus recursos em esterlino se elevaram, em 1921, a £. 1.563.279,—quando o seu Capital e Reservas, somados, não chegavam a tér, em esterlino, expressão superior a £ 506.666,—entendeu o Banco que Angola não lhe valia o sacrificio de alguns milhares das libras acumuladas, preferindo que tudo viesse a terra a tocar com um só dedo no seu *bezêro de oiro*.

O Banco soltou uma gargalhada satânica quando o Sr. General Norton de Matos, aprestando-se para a luta, fez votar no Conselho Legislativo da Provincia o decreto n.º 364, que criava o *Banco de Angola*. Riu-se!... Mas de que côr seria esse riso?—No dizer do povo, o riso do medo e da contrariedade é *amarelo*. * esse seria a sua côr. Porém a verdade é esta:—o *Banco de Angola* pode facilmente converter-se em realidade, e só nele reside a salvação da Provincia. Custe o que custar, deverá sêr essa a medida primeira da administração de Angola. E áqueles que assim o não julgam, eu só peço que me digam se ha possibilidades de se assegurar o desenvolvimento da Colónia com um Banco Emissor que não sabe, ou não quer, acompanhá-la no seu progredimento. Já lá vão dezasete meses dum experiencia trágica, que ainda ninguém sabe quando e como acabará. O que será preciso mais para extrairmos dos factos a lição que nos aproveite?

E, depois... continuemos, então, a obra. Levem-se os caminhos de ferro até ao extremo limite do territorio, para que os braços se poupem e a agricultura avance; construa-se o do Bembe, para que aos portos afluam o cobre e as receitas-oiro da Provincia se multipliquem; institua-se o credito agrícola, para que as propriedades não feneçam e a compra da máquina permita substituir o homem; alarguem-se os serviços sanitários, para que as populações sejam economisadas pela assistencia e o despovoamento não seja o abismo em que tudo se sepulte; prossiga-se no ensino profissional, que deva educar o homem e preparar o braço, e que nas escolas-officinas já foi iniciado; promova-se, sem mais delongas e em bases de successo, a co-

lonisação portuguesa, estabelecendo os *nucleos* que hão de servir de apoio á expansão futura; animem-se e protejam-se todos os empreendimentos que, levando capitais na mão e rasgada iniciativa no intimo, se proponham dar alentos á riqueza, transformando a selva em campos cultivados; e, finalmente, abram-se as portas, sem desconfiança, a quem quer que naquele territorio imenso deseje trabalhar, porque nem nós bastaremos para o encher nem os nossos inimigos hão de sêr tantos que dele nos possam expulsar!

Como contra-partida... não desprezemos as receitas que oiro nos possam dar. A emigração, por exemplo, constitue em Java um rendimento de importante vulto; em Angola entra-se e sai-se livremente. Os palmares, concedidos em condições especiais, ainda nenhuma renda pagaram ao Estado. E as taxas por contratos de serviços, agora que os angariamentos foram abolidos, bem podiam sêr actualisadas sem que os patrões tivessem motivos para imprecações.

Dêem a Angola outra moeda, dêem-lhe outro regime bancário, e não se lhe negue a administração ousada de que carece... e Angola será amanhã o segundo império que Portugal constrôe sobre a Terra. Se a abandonarem, é possível que não môrra; mas então, seremos nós... que a perdemos. E ai dos cégos que não quiserem acreditar-lo!

* * *

Quando ao Sr. General Norton de Matos, cumpre-me dizer o seguinte: não foi para defendê-lo de arguições que neste caminho me lancei. Devolve finezas, que jamais poderia pagar-lhe com toda a minha gratidão; mas também lhe devo uma chaga, que, com mão cruel, me abriu, e que me tornaria indigno se levemente a esquecesse. Portanto, nem dos seus erros, nem das suas virtudes, tratou ou tratará a minha pena. Apenas ajoelho ante o bom-nome da minha Patria; e, por éla, que naturalmente se abala com o descredito da sua administração e dos seus Homens, e pela Provincia, que bem podia sofrer as consequências do desvairo em que tanta gente andou,—foi que entrei a quebrar lanças nesta briga, dando corpo aos ferros que não me queiram poupar. Não julgo as minhas armas mais brancas nem mais puras do que as outras que, no campo adverso, luzem ao sol; nem tampouco considero a minha armadura de mais fina tempera do que aquelas que por outras intenções se batem. Ao patriotismo de todos presto as minhas homenagens, e não serei eu que na sua attitude veja

a mais ligeira sombra que possa maculá-la.

Mas seguimos orientações diversas... E, os que me conhecem, sabem bem que eu prefiro comer o pó da terra, vencido pelas razões contrárias, a deixar de expôr a minha com a rude franquesa que é propria do meu caracter.

O Sr. General Norton de Matos conheci-o no intimo viver da sua casa; apreciei-o na tarefa esgotante do seu labôr quotidiano; e admirei-o pela fé, pelo entusiasmo, pela devoção em que todo êle ardia ao falar... da sua obra. Cheguei a colocá-lo tão alto no meu coração, que, — sinceramente o confesso, nem lhe reparava nos defeitos que, frequentemente, saltavam em fôgo, das suas mãos. E' hoje a vitima deles... Mas como eu os vejo pequeninos ao lado da grandesa que atingira o sônho absorvente da sua alma!

E como a justiça, que se lhe faz, contrasta singula mente com a justiça que noutros países é feita aos homens que, mesmo atolados em crimes, á sua Patria procuraram dar maior dominio, maior riqueza e maior prosperidade!

... Eu conto:

Em 1774, Lord Clive, barão de Plassy, comandante em chefe das forças britannicas na Companhia das In-

dias, que aos franceses tomara Chandernagor, é posto em accusação perante a Camara dos Lords, por deposição (e assassinato) dum nababo, tendo recebido de Mir-Jaffir, que no trôno o substituiu, mais de cinco milhões de francos a titulo de gratificações diversas. A Camara julga-o; a accusação prova-se; mas prova-se tambem que Lord Olive tinha, ao mesmo tempo, prestado ao seu pais grandes e meritórios serviços, e... é absolvido.

Em 1785, um outro processo, mais ruidoso ainda, arrasta ao julgamento da mesma Camara, Warren Hastings, que na Inglaterra fôra recebido em triunfo e que Burke acusara implacavelmente de assassinatos e concussões naquela India que a sua mão dobrara; os crimes eram tantos e tão graves que, durante quinze anos, as duas casas do parlamento foram sacudidas pelos seus ecos. Sessenta Lords morreram antes de sêr proferida a decisão. Mas a Camara, reconhecendo tambem os grandes e meritórios serviços que Hastings depuzera aos pés da Inglaterra, concedeu-lhe... a absolvição.

Acaso não terá o Sr. General Norton de Matos serviços que tambem o imponham á consideração e ao respeito deste país, sem que possam im-

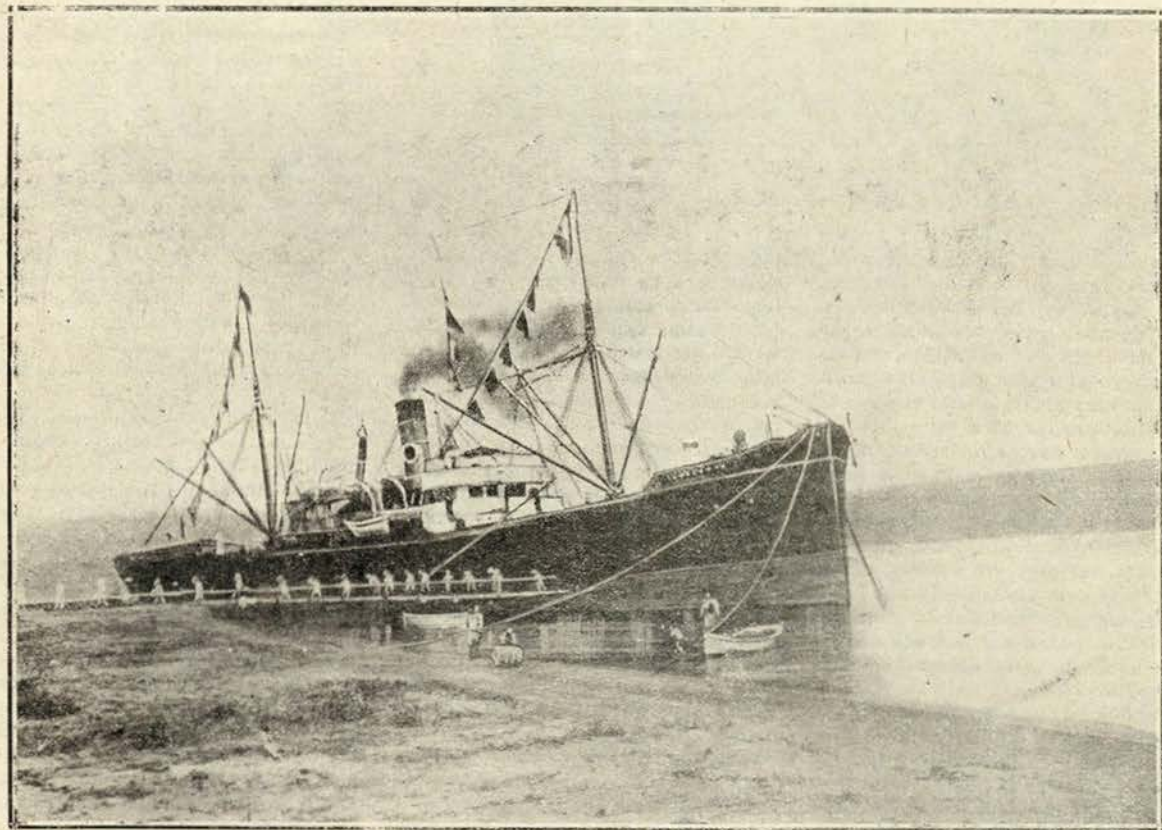
putar-se-lhe crimes que o envileçam e o desdoirem?

— Que me responda a consciencia dos que souberem ou poderem fazê-lo, que eu nada mais tenho a dizer.

O que bem do fundo de alma querera era que tudo se fizesse para que... *«ante nossos olhos surja aquela Angola com que todos sonhamos e todos ambicionamos, feracissimo celeiro da Metrópole, abundante produtora dos mais ricos e requestados gueros coloniais, cortada de vias férreas, com os seus portos magnificos, devidamente apetrechados e concorridos, com as suas industrias e maquinaria em activa laboração, com a sua agricultura dotada da mais escolhida alfaia e dispondo de abundante e proficiente mão de obra, com seus minerios pedras, metais preciosos, óleos e combustiveis—que tudo o seu solo encerra—a inundarem o mundo e a trazerem a Portugal essa era de prosperidade, abastança e riqueza, para que a nossa Patria foi fadada e nos corre o dever de alcançar-lhe, tal como em sua Carta aberta rematou a pena brunida do Sr. Dr. João Ulrich.*

... Mas porque a teria sufocado o Banco?

A. LEITE DE MAGALHÃES.



ANGOLA.—O Lobito em 1902.—O vapor Cromarty descarregando material para o Caminho de Ferro de Benguela.

A cidade e o porto do Lobito

O que deveriam ser

SITUADO pouco a sul do paralelo 12° 18' e 30" o porto do Lobito é formado por uma restinga de areia que de sul a norte se estende por quasi 5 quilometros, fronteira á encosta escarpada do continente em amplo anfiteatro, que se eleva por cêrca de 100 metros com algumas pequenas chãs intermedias. Tem o porto de largura entre 1,5 e 2,5 quilometros e uma profundidade entre 10, 20 e 30 metros, podendo nele caber algumas grandes esquadras. A inspecção do terreno e

E de uma simples restinga que mais não tinha que 250 metros de largura e uns 6 metros de altura sobre a preamar, e na qual durante anos só se via a antiga palhota do zoologo José de Anchieta, passou a pouco e pouco a ser o que hoje é: uma cidade com mais de 100 edificações, de alvenaria a maior parte, e testa de Caminho de Ferro C. F. B.; importante entreposto comercial.

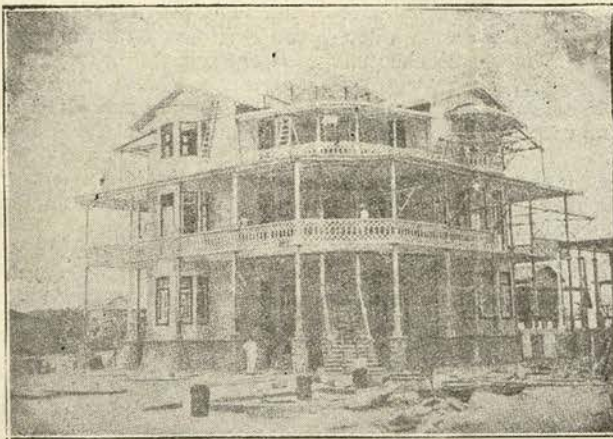
As suas condições sanitarias, a falta quasi completa de mosquitos anofilineos e culecineos, devida sobre-

o projecto do sr. engenheiro Serrão, que na ocasião não foi aceite pelo empreiteiro inglês; um grande e passado erro, que faz a Companhia ter de gastar presentemente grossos capitais, para o corrigir. E assim é que o trafego de importação e exportação tem aumentado tanto, que em breve mesmo com esta obra, não dará vasão ao movimento entre a costa e o interior, e precisará ou uma linha dupla ou a substituição desta via ferrea, que pelo seu facies é apenas de penetração, por uma via de exploração com todas as modificações, de rampas, curvas e material circulante necessario. Este difficil traçado foi estudado pelos srs. Armindo de Andrade, Amavel Granger e Costa Serrão.

Coube ao malogrado engenheiro militar sr. Nunes da Mata proceder ao primeiro estudo e á primeira implantação da povoação na restinga, quasi exclusivamente de edificações do Caminho de Ferro e por esta Companhia muito ajudada, trabalhos feitos com a maxima intelligencia e conhecimento das necessidades futuras-locaes.

O seu projecto de ponte e de arruamentos, foram os mais apropriados para a ocasião. Infelizmente no Lobito todos os projectos portugueses de pontes tem abortado, por não se chegar com eles a um acôrdo com os interesses da Companhia e dos seus engenheiros ingleses. Desejam eles a restinga toda para o serviço da Companhia; disse-me Sr. Charles Metcalf, o grande engenheiro inglês, que foi seu consultor, autor do seu primeiro projecto de ponte acostavel. O governo, porém, a meu ver, com justa razão, nunca cedeu á Companhia senão a restinga até ao local onde hoje se encontram as casas da fiscalização, a meio dela, e na verdade não lhe faz falta mais terreno nenhum, podendo desenvolver-se quanto queira para sul, ao longo da margem do Oceano.

Coube-me ir substituir o major Nunes da Matta, como director fiscal de C. F. B., obras de porto e agrimensura. Durante trez anos, de 1909 a 1912, em observações aturadas em quasi todas as marés, e épocas do ano, já em medições do *stran*, ou espaço entre a baixa mar e prêamar, tanto marítimo como interior, já em sondagens, coligi dados com os quais me convenci, de que a restinga ia sempre em aumento para norte desde 1885 a 1910, aumentando



Edifício para residencia do Governador e Intendencia do Lobito
(Fase do acabamento das varandas em cimento armado)

margens mostram que o estuario de mangal salgado, que tem na sua extremidade sul, foi outrora leito do rio Catumbela, que nele vinha lançar as suas aguas, antes que qualquer grande inundação tapasse a sua margem direita, em frente da vila, fazendo-o transbordar para oceano.

Os seus moluscos, as suas conchas e os seus animais inferiores, de resto são iguais aos que modernos ou fosséis se encontram no estuario dos mangais do Lobito. Com a abertura de 3 quilometros para o oeste, tendo em frente dela um bem situado farol de *atterissage* na altura mais proxima, pode este porto ser entrado a qual quer hora da noite e com qualquer tempo.

Por ter estas características foi escolhido para testa do grande caminho de ferro que tinha a ligar o Oceano com o hinterland português, do planalto de Benguela, Bihé, Moxico, Nana Candundo, etc., e com a região mineira de cobre da Catanga.

tudo á acção quasi permanente do vento S W, e da garroa ou vento forte do mesmo lado, que depois de ter passado sobre as regiões polares do sul, refresca o seu clima, a sua latitude viavel para o desenvolvimento sem perda de energia da raça branca, fazem com que ele, a meu ver, seja em toda a Provincia o ponto marginal mais a norte em que a mesma raça se possa fixar por seculos. Sem podermos entrar, neste resumido artigo, na capacidade comercial deste porto, que exporta quasi exclusivamente o milho, legumes, cera, borracha, algodão, coconote, oleo de palma, açucar e gado do interior português, e por certo, em breve, o minério da Catanga, é ele testa do referido Caminho de Ferro, cujo trafego é actualmente limitado pela garganta que atravessa em cremalheira entre Bimbas e Sahoá, mas que sabemos em breve irá ser substituida por uma parte em lacetes, que de principio deveria ter sido construida, se se tivesse effectuado

1 kilometro e não variando em largura o *stran* mais de 60 metros para fora ou para dentro, e portanto tinha fixidez garantida. Com estes dados ponde concluir na minha volta a Lisboa o meu anteprojecto que apresentei no ministerio, e transcrevi na Revista de Engenharia militar de 1914.

Ainda antes de ter ido, já tinha com dados do ministerio, projectado 3 pontes, sendo uma de estacas Mitchell de ferro, e duas de cimento armado e um edificio para a Direcção fiscal. Depois de aprovadas foi aceite a ponte de ferro e encomendada; porem como sempre previra, foi dada contra ordem, creio que por pressões da Companhia, por não ir de acordo com os seus engenheiros, como eles me disseram. De resto os meus projectos na generalidade não fão contra o primitivo anteprojecto que anteriormente já tinha elaborado para a Companhia, segundo as ideias de Sr. Charles Metcalf, projecto que ela publicou. A ponte primitiva era de ferro em verticilos de 3 cilindros, de cerca de 1 metro e meio de diametro, cheios de beton e afastados os verticilos de 10 metros, isto com o fim de não provocar corrosões no *stran* interior da restinga, com as correntes. O material respectivo já estava no Lobito quando para lá fui; nunca se contruiu. Em vez dela fez a Companhia a ponte de madeira de estacas que tem servido *tant bien que mal* até hoje. O meu 2.º projecto citado, feito em Lisboa, era destinado a uma ponte cais do Governo, com 300 metros de comprimento inicial, á qual atracassem todos os navios. Propunha eu então haver para serviço da Companhia uma outra ponte destinada a abastecimento de carvão, descarga de material para a via, e porventura para transfego de mercadorias; ficava a sul da antecedente, e teria 400 metros de comprimento.

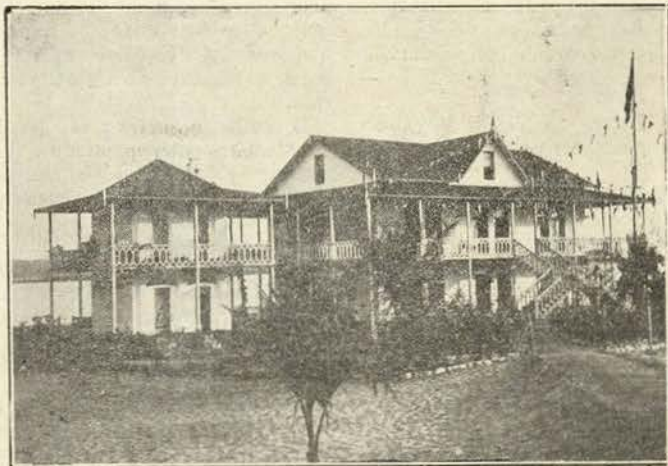
Entretanto pelo Governo da Provincia, sendo Governador o Sr. General Roçadas, foi nomeada uma comissão presidida pelo sr. Engenheiro Serrão da qual faziamos parte o Director do Caminho de Ferro, sr. Mariano Machado, e eu. Essa comissão estudou as condições das concessões de terrenos e o que deveria ser a futura cidade, cujo projecto definitivo do bairro da restinga, foi encarregado de elaborar, vindo a ser aprovado pelo Governador sr. Manuel Coelho. O sr. Serrão era de opinião que as pontes cais deveriam ser de estacaria ou pelo menos com o minimo ponto de contacto com o *stran* no genero de algumas da Holanda, afim de que com a demasiada inclinação da areia não podesse ser corroido.

Da mesma opinião era o Sr. Metcalf. O meu estudo tinha dado que

as saídas das aguas de estuario dos mangais, produzia uma corrente inclinada para a restinga, tendente a corroe-la por dentro, e por isso era muito serio fazer fundações que dessem um endicamento a essa corrente poder arrastar as areias. Daí veio eu projectar a substituição do estuario dos mangais por duas docas com o mesmo volume de agua, e uma saída em direcção tal que afastasse da restinga a corrente. Pois os actuais mu-

porto e projectou dentro do porto do Lobito, depois de dois dias de observação local, outro porto de mar ao fundo da bahia, e uma entrada nele e muros docas por forma tal que ficasse exclusivamente para a Companhia a exploração do porto, e feito ele já não poderia ter rasão de ser o nosso.

A unica justificação tecnica deste trabalho seria a pouca confiança na fixidez da restinga, o que falta provar.



Tipo de «Bungalow» adaptavel ao Lobito, construido para a Direcção Fiscal do Caminho de Ferro de Benguela

ros cais que o empreiteiro inglez está fazendo, são continuos sem estacaria alguma, nem pilares, exactamente contra as ideias de Sr. Charles Metcalf, e tão caros na sua construcção, que dão um encargo permanente ao Governo, o que nada justifica, despeza que só mais tarde e com trafego excepcional poderá ser compensada.

Como disse propozemos para os cais da restinga o sistema de estacas de cimento armado, que hoje o cimento fundido de mais justifica poderem ser usadas, sem perigo de corrosão pela agua salgada, nem dilatações, e para os cais do lado oposto o sistema empregado nos cais Bocard de Geneva, com a modificação dos cais Inglezi de Savona que descrevemos na «Revista de Engenharia Militar de 1910, por ser o fundo junto ao continente quasi horizontal e muito fixo. A economia do nosso projecto era colossal em comparação com a obra que estão fazendo, chegando aliás ao mesmo fim.

Mas á Companhia não agradou o meu projecto, pois assim seria o Governo que exploraria o porto e não ela. Convidou então o distincto engenheiro Sr. João Von Haff, que voltava de Lourenço Marques, onde fôra com muito prestigio director do Caminho de Ferro, para vir estudar este

O sr. Nunes da Mata estudou tambem o abastecimento de agua por um canal de 30 kilometros entre o rio Catumbela e os mórros fronteiros á restinga, chegando a agua a 50 metros de cota e podendo tambem accionar o elevador do bairro sanatorio.

O nosso ante-projecto constava do seguinte:

1.º—O Bairro comercial. Na parte dos terrenos do Governo a norte da restinga, consistia na ponte caes de cimento armado, ligada com o C. F. B. segundo o projecto do Sr. Nunes da Mata, modificado, e em frente do bairro comercial; ponte de 300^m que se estenderia para norte o que viesse a ser preciso. Haveria ali grandes armazens, lojas, escolas, bancos, hotéis municipalidade, alfandega, capitania do porto, etc.

2.º—O Bairro do Caminho de Ferro de Benguela. Situado na parte sul da restinga, com uma ponte caes de 400^m, ligada a via ferrea e á estação; haveria ali moradias, dos empregados da Companhia, escritórios, hangares, etc.

Esta ponte seria por terra ligada com a do governo, e, entre ambas uma praia para pequenos barcos, correspondendo ao ponto da incidencia da corrente dos mangaes, e que mais tarde se aterraria, se tal se podesse

fazer. Haveria neste bairro uma grande gare de triagem, e depositos de carvão e os necessarios armazens, etc.

3.º—O Bairro operario e de oficinas do C. de ferro. Situado ao fundo da baía corresponderia ao local das docas secas, e planos inclinados, para reparação de navios, e moradias dos operarios, mercados, escolas, etc.

4.º—O Bairro indigena. Colocado a sul do antecedente, por forma a que os ventos dominantes de S. W. e N. E. levassem para longe do bairro europeu as emanções das vivendas dos indigenas, ficando contudo estas perto dos serviços de carvão e oficinas. Haveria escolas para indigenas, mercado, etc.

5.º—O Bairro das Docas de cabotagem e grandes reparações dos navios.

Nele ficariam as citadas docas de estuario dos mangaes e hangares para mercadorias de cabotagem e docas de flutuação de carenagem, silos, planos inclinados, etc.

6.º—Bairro industrial e de depositos grandes de generos de importação e exportação. Situado do lado do continente, teria muros caes para grandes navios ao sul e do lado norte em que ha calemas, apenas perrés e duas pequenas docas, sendo uma para abrigo dos pequenos barcos e vapores de comunicação com o

bairro comercial em frente e outra mais pequena para serviço da estrada da Hanha e do farol. Nele deveria haver campos para sports.

Era este bairro o que pela sua formação em aterro daria lucros, em grande parte com os terrenos, á despesa da construção do porto.

7.º—O Bairro Sanatorio. Em anfiteatro; colocado nos morres segundo o projecto do Sr. Amaral Temudo ou outro que se estudasse mais apropriado á occasião teria comunicação quer por estrada de automovel marginal quer pelo citado elevador com o porto. A' sua parte superior chegaria a agua do rio Catumbele referida.

O cemiterio ficaria a sul das docas em local pouco frequentado e de forma que as emanções não seriam trazidas para os bairros europeus pelos ventos dominantes.

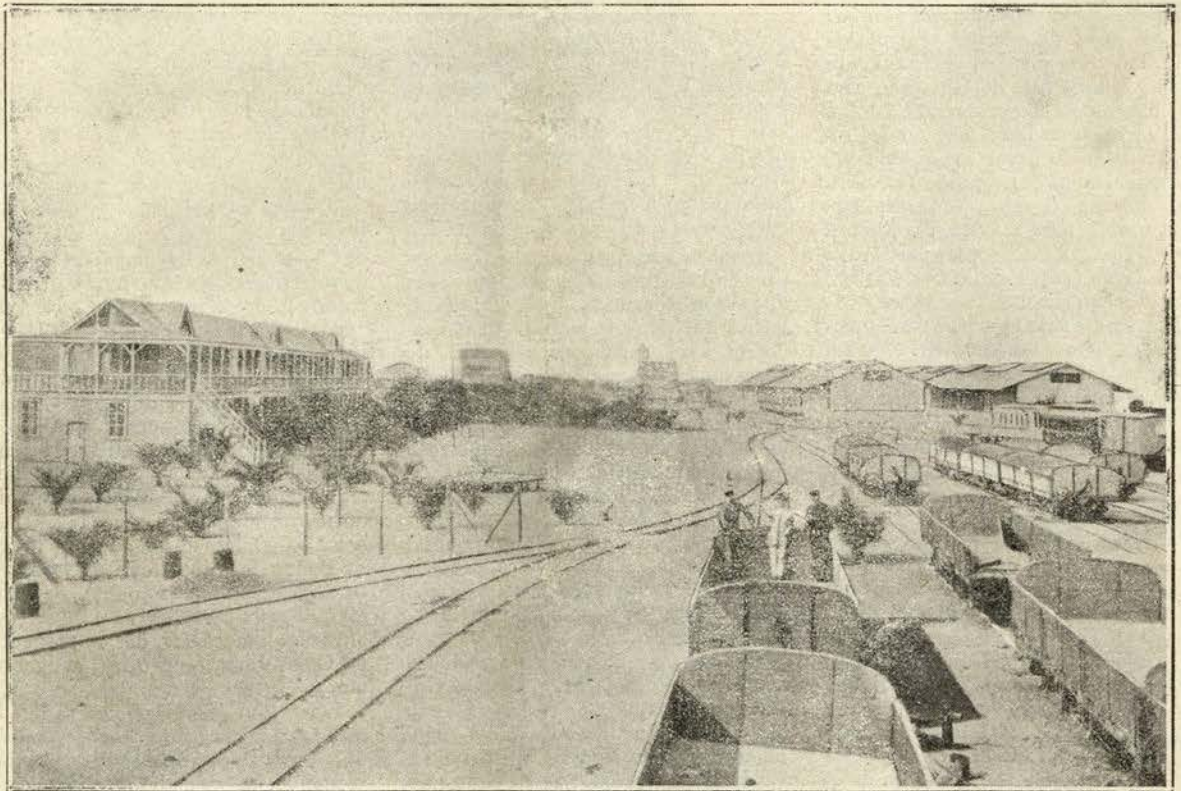
Era esta cidade calculada para 14:000 habitantes fixos, fora a população flutuante, pois está provado que as cidades costeiras e testas de C. de ferro, não são susceptíveis de mui grande população em Africa tendo saídas faceis, e nas altitudes mais proximas uma cidade capital do interior, nas melhores condições do clima e saneamento como a cidade do Huambo. Haja em vista o que se passa actualmente com a cidade da Beira.

Quanto ao sistema de habitações obriguei os construtores a enviarem a aprovação os projectos pois excluia todos que não tivessem forma de bungalô com varandas e jardins á frente, o mais consetano com a vida e clima de Lobito. Com grande tristeza minha quando mais tarde por lá passei a maioria das casas eram de platibanda á moda do Algarve, e sem jardins. Menciono aqui duas das 17 construções que fiz, para o Governo pelo sistema indicado, e que sem serem grandes nem valiosas teem satisfeito cabalmente de ha 14 anos, embora feitas por processo julesvernesco, por falta de materiais locais, tendo de vir muitos do Cabo.

Que belesa poderia vir um dia a ser o bairro sanatorio em anfiteatro o com bastante agua, muita verdura, elevador, jardins grandes, tramwais electricos, confortaveis casas, hoteis, clubs, hospitais e sanatorios, todos, em facil comunicação com os navios encostados aos cais!

Parece-me assim ter dado uma rapida ideia do que julgo dever ser o porto e cidade de Lobito que considero a futura capital maritima para a fixação da raça portugueza em Angola, como o Huambo deverá vir a ser a capital no interior do planalto.

CARLOS ROMA MACHADO



ANGOLA.—O Lobito em 1912



Mocambique

A COMPANHIA DO NIASSA

TEM corrido, com uma certa insistencia, o boato de que o sr. Ministro das Colónias ordenou que fosse dada por finda a missão do sr. senador Mendes dos Reis que, a expensas da Companhia do Niassa, foi á Africa verificar como esta Companhia tem cumprido o seu contrato com o Estado.

Não conhecemos o que possa haver de verdade em tal boato, mas o que temos reconhecido, o que é evidente, é que elle tem encontrado o melhor acolhimento na opinião pública, justamente afrontada com um procedimento que, já o frisámos, podendo ter sido uma imprevidencia, tem, no entanto, toda a feição duma deploravel imoralidade.

Seja porém como fôr, o que é certo é que o boato a que nos referimos veio trazer novamente para a discussão a Companhia do Niassa e a fórma porque ella se tem conduzido na administração do território que lhe foi concedido.

Nessa discussão entendemos dever intervir, não porque nos mova qualquer animosidade, mas porque pretendemos que *toda a verdade* seja dado a publico e que sobre o assunto se venha a formar um juizo seguro, justo e conveniente aos interesses nacionaes, embora com prejuizo de quaisquer outros interesses, que aliás nos não preocupam, desde que com aquelles não colidam.

Na fórma porque a Companhia do Niassa tem cumprido, ou antes, tem deixado de cumprir o seu contrato, ha muito que analisar e, de passagem o diremos, nella abundam os motivos para levar o Estado a usar a doutrina do art. 38.º do decreto de concessão, na parte que diz: «*se a companhia deixar de cumprir as estipulações do presente decreto e do contrato que se celebrar em virtude d'elle... o governo poderá rescindir o contrato que com ella tiver feito, depois de lhe haver intimado esta sua resolução, sem que a Com-*

panhia fique com direito a indemnisação alguma.»

O estudo a fazer é vasto e para nêle mantermos o conveniente método e não perdermos tempo em escusadas divagações, havemos de subordiná-lo a pontos concretos, que ao País interessem, pondo de parte certos detalhes, que no entanto bastariam para revelar a deploravel orientação seguida pela Companhia do Niassa na exploração do território que lhe foi concedido.

Como base da análise que nos propomos fazer, serve-nos optimamente a série de perguntas formuladas no Parlamento pelo sr. Senador Mendes dos Reis, as quais revelam um tão perfeito conhecimento da vida da Companhia do Niassa, que não podemos deixar de julgar absolutamente dispensavel a ida de S. Ex.ª á Africa, com a missão de inquerito que foi desempenhar.

São estas as perguntas:

1.ª — Tem a Companhia do Niassa cumprido as obrigações resultantes dos art.ºs 8.º, 10.º, 19.º, 20.º e 21.º n.º 11 do Decreto de Concessão de 26 de Setembro de 1891?

2.ª — Como se têm observado ou regulamentado os preceitos estabelecidos nos art.ºs 23 (in fine) e 30.º do referido Decreto?

3.ª — Como se concilia o disposto no art. 27.º com o facto de a quasi totalidade das acções da Companhia pertencer a uma sociedade inglesa (Nyassa Consolidated) apesar do art. 15.º?

4.ª — Como interpreta e conjuga o Governo o art. 29.º do referido Decreto e o art. 2.º do Decreto de 13 de Novembro de 1891, que modificou o anterior, e § único do art. 1.º e art. 3.º do Decreto de 9 de Março de 1893?

5.ª — Como foi cumprida a base 17.ª para a administração dos territórios da Companhia, de 3 de Novembro de 1897?

Analisemos:

O art. 8.º a que se refere a primeira pergunta, diz: «*A Companhia proverá á instrução dos habitantes dos territórios que administrar, es-*

tabelecendo e custeando nêles missões e escolas de instrução primaria e de artes e officios, segundo um plano acordado entre ella e o Governo.»

Como terá cumprido a Companhia esta obrigação? No que respeita a missões, sabemos que, além duma missão franceza, católica, que funciona em Montepuez, existe no territorio uma outra, inglesa University — cuja acção se exerce nas visinhanças do Lago. Missões portuguezas, a opôr a sua acção á influencia daquellas, não existe nenhuma. O que isto representa de perigoso para a nossa soberania, é por tal forma evidente, que dispensa comentários. Quanto a escolas, a não ser que ultimamente a Companhia tenha voltado as suas atenções para as obrigações que o contrato lhe impõe, devem existir no lbo, uma escola para o sexo feminino e outra para o masculino; em Porto Amelia, uma escola mixta que funcionava por periodos, cuja duração era marcada pela resistencia que o professor oferecesse á fome inevitavel, dada a exiguidade dos vencimentos... Além disto, uma escola de artes e officios, cuja existencia, ao que nos consta, não saíu ainda dos limites do Boletim Oficial que a criou...

E' tudo quanto sabemos que a Companhia do Niassa tenha feito no sentido de instruir e civilisar os 513.000 habitantes do territorio que explora, e não podemos deixar de reconhecer, pelo exposto, que não foi o problema da nacionalização do ensino da população o que mais a tem preocupado, e que mais dispendios lhe tenha ocasionado.

O art. 10.º a que a primeira pergunta se refere ainda, fixa a obrigação de a Companhia «*nos primeiros cinco annos contados da data da sua constituição, estabelecer nos seus territórios até mil familias de colonos portuguezes...*»

Já tivemos occasião de esclarecer que, em nosso entender, não é á Companhia do Niassa que cabe a exclusiva responsabilidade da falta de cumprimento desta obrigação.

O transporte desses colonos, que devia ser promovido e custeado pelo governo da Metropole, nunca se fez, e assim livrou-se a Companhia das dificuldades de fornecimento de casa, terrenos e instrumentos agrários, a que os colonos tinham direito, aliviando-a da preocupação que deveria merecer-lhe o problema da colonização.

Refere-se o art. 19.º, citado na pergunta que estamos analisando, à obrigação de a Companhia «*construir e explorar durante o prazo de concessão, sem subvenção nem garantia alguma, um caminho de ferro, ligando a margem oriental do lago Niassa com um dos portos da costa*».

Já tivemos ensejo de afirmar que esta obrigação — uma das mais importantes que o contrato inclui, pelo que representa para a valorização dos territórios, não mereceu à Companhia o menor respeito.

Poderá a Companhia argumentar com o estado de guerra no território; mas se nos lembrarmos que ela está na posse da concessão desde 1891 e que a linha ferrea devia ser construída dentro dum prazo de 7 anos reconheceremos logo a inanidade de tal argumento.

Devia a Companhia, pela doutrina do art. 20.º «*construir e explorar, além da linha telegraphica que acompanhar o traçado do caminho de ferro, uma outra que ligue entre si os portos da costa*».

E' claro que a primeira das linhas exigidas, *acompanhou rigorosamente o traçado da via ferrea*... Quanto á segunda, existe na verdade mas, segundo nos informam, com um funcionamento deficientissimo, por virtude da falta de pessoal e do deploravel estado do material.

Está, pois, o territorio servido internamente por uma unica linha ao longo das 170 milhas de litoral, deixando-se sem comunicação toda a zona do interior, que se estende até cerca de 450 milhas da costa.

Quanto ás ligações externas, não mereceram maiores cuidados á Companhia do Niassa, pois que, por motivos que não procurámos averiguar, não quiz aproveitar o cabo submarino que no periodo da guerra tinha sido estabelecido, ligando Moçambique a Porto Amelia.

Pelo exposto se verifica que não foram ainda as comunicações que constituíram a preocupação dominante da Companhia do Niassa.

O n.º 11.º do art. 21.º a que o sr. senador Mendes dos Reis se referiu no final da sua primeira pergunta, concede á Companhia «*a faculdade de colonizar e administrar todos os terrenos da concessão, e de*

neles estabelecer povoações, bemcom o a de os arrotear, plantar, cultivar, irrigar, e, em geral, beneficiar e explorar esses terrenos».

Pela forma por que a Companhia cumpriu as obrigações que o contrato lhe estabeleceu, poderemos avaliar o uso que terá feito desta faculdade que lhe foi conferida, sobretudo naquilo que envolvesse qualquer dispendio de energia ou de dinheiro.

Efectivamente não nos consta que a Companhia tenha executado quaisquer trabalhos de irrigação ou outros tendentes a beneficiar os terrenos cuja exploração lhes foi concedida.

Verifica-se, portanto, que, no que respeita a ensino, a colonização e a fomento nos territórios que o Estado lhe concedeu, nada, ou pouco mais do que nada, tem feito a Companhia do Niassa.

Fica assim respondida a primeira pergunta formulada no Parlamento pelo sr. senador Mendes dos Reis, ao declarar pretender atacar a administração da Companhia.

Esclarecendo, como fizemos, a primeira questão posta por S. Ex.ª, não temos pretensões de ter desvendado um misterio. E' do dominio publico que a Companhia do Niassa não tem posto na exploração dos seus territórios a escrupulosa vontade e a energia com que deveria procurar corresponder á confiança que o Estado nela depositou e ás generosas facilidades que os termos da concessão revelam.

Para sintetizar o conceito em que é tida a capacidade administrativa da Companhia do Niassa, bastará transcrever do *Anuario de Lourenço Marques* de 1923 (pag. 438) os seguintes periodos que áquella Companhia se referem: «*O desenvolvimento dos territorios tem caminhado vagarosamente, estando ainda pouco avançado, apesar de ali existirem grandes recursos agricolas e minerológicos, em cuja exploração pouco dinheiro se tem dispendido*».

As receitas da Companhia *proveem principalmente do imposto de palhota e das alfandegas*».

E' o mais que um Anuario, com a feição que lhe é peculiar, poderá dizer, e é bastante...

Procuraremos esclarecer as outras questões postas pelo sr. senador Mendes dos Reis, nas quais ha muito de interessante que analizar.

Fá-lo-hemos sempre norteados pelo maior respeito pela verdade e sem atender a quaisquer interesses, que não sejam os da colonia de Moçambique e do País.

O inquérito á Companhia

Informações recebidas do Niassa dão como terminado o inquerito realizado pelo sr. Senador Mendes dos Reis que regressa no *Tanganjika*, fazendo a viagem pelo canal e devendo chegar a Lisboa nos fins de Fevereiro.

Segundo essas informações, S. Ex.ª, depois de visitar os concelhos do norte do Territorio, foi á Beira para daí seguir para o Lagó, em visita ao concelho de Metengula.

Pre vemos que o facto de ser forçado a sair do território para conseguir chegar á sede deste último concelho, talvez o melhor do Niassa, deve ter levantado no espirito do sr. Mendes dos Reis sérias dúvidas sobre a existencia de vias de comunicação adentro do território da Companhia...

No entanto aguardemos...

SANTOS, OLIVEIRA & C. A

Comerciantes e Agricultores

Comissões e Comissões

LOANDA E MALANGE

CONCESSIONARIO EXCLUSIVO
PARA A
Africa Occidental Portuguesa



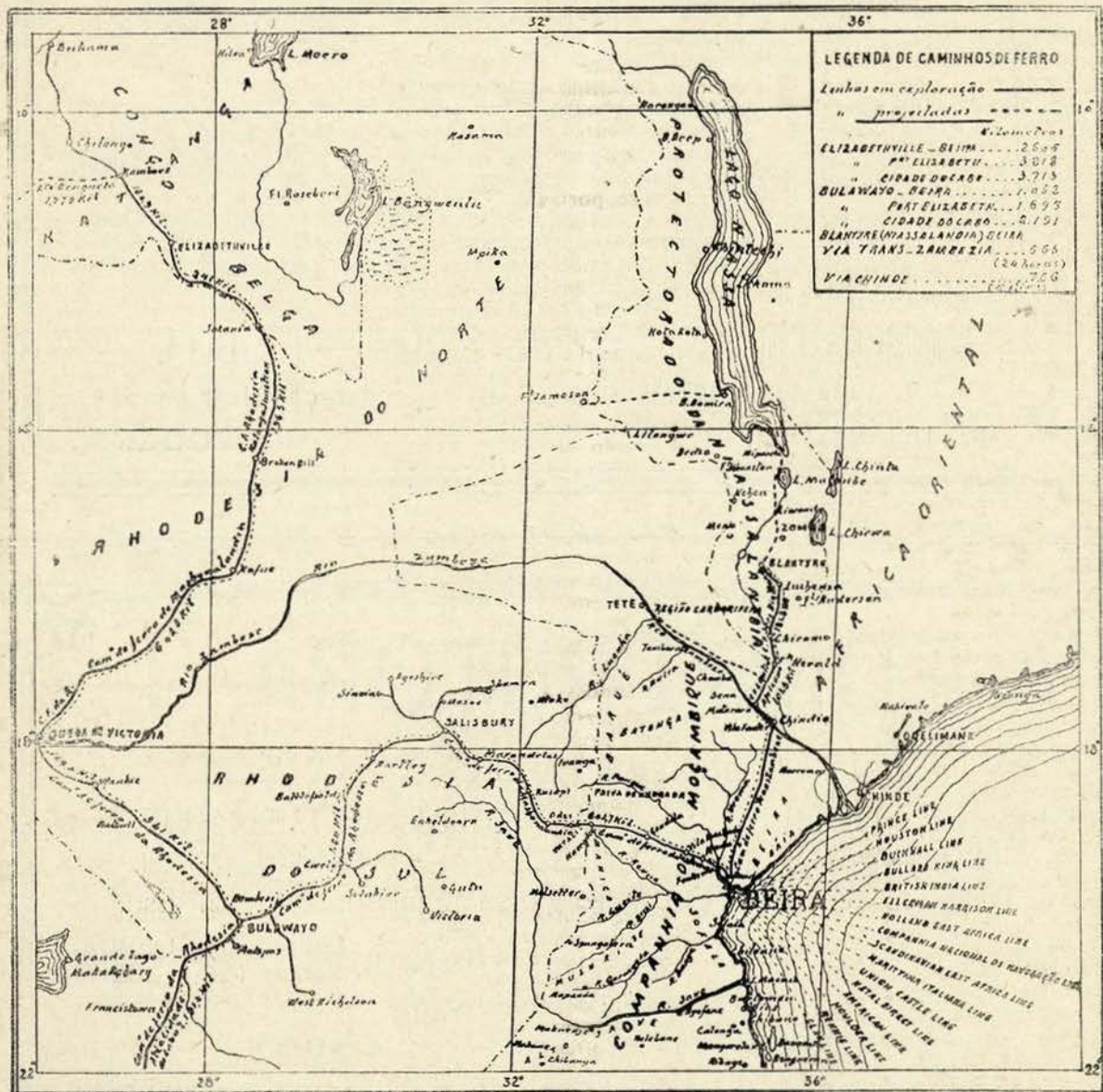
COMERCIO DE ANGOLA, LDA.
REPRESENTANTES DA
COMPANHIA DO ASSUCAR DE ANGOLA
Benguela — Lobito — Loanda

Companhia Nacional
DE
PRODUTOS COLONIAIS, L. DA
Rua dos Fanqueiros, 15 — LISBOÁ
*Transições sobre cacau,
café, cera, coconole e couros*

Companhia de Moçambique

Comunicações Ferro-Viarias — BEIRA

Porto dos territorios da Companhia de Moçambique e o principal da Rhodesia do Norte e do Sul-Katanga Belga. — Protectorado da Niassalandia e vale do Zambeze



Exportação de milho da Beira

Durante o ano de 1923 foram exportados pelo porto da Beira 1.250.000 sacas de milho. Desse numero 797.000 sacos provinham da Rhodesia e 387.000 do territorio da Companhia de Moçambique. Estes importantes embarques indicam que a Beira está mantendo a sua posição de segundo porto cerealifero da Africa meridional e oriental

PARCERIA DOS VAPORES LISBONENSES

(Arrendatária das docas e oficinas do Porto de Lisboa)

Serviço permanente de reboques, salvamentos de navios e transportes fluviais de passageiros, bagagens e carga;

Aluguel de cábreas e outros aparelhos de força.

Trabalhos de sondagens e de mergulhadores.

Reparações de navios; limpezas, picagens (manual e a ar comprimido) e pinturas interiores, de costados e de fundos.

Pequenas construções navais (rebocadores, lanchas, batelões, salva-vidas, etc.).

Demais trabalhos navais de todas as especiali-

dades metalúrgicas, de soldadura, de carpintaria de branco e de machado, de calafetos, etc.

Montagens e reparações de instalações electricas a bordo.

Obras hydraulicas.

Fornecem-se:

- a) Indicações técnicas, orçamentos e planos.
- b) Materiais para todas as obras e trabalhos referidos.
- c) Dispositivos especiais para embarcações destinadas ao serviço colonial.
- d) Tintas próprias para climas e águas tropicais.

Administração Central: — Cais do Sodré — LISBOA

Telefones | C. 1926 | Administração e serviço de transportes
| C. 2992 |
| C. 1588 | Oficinas, docas e obras

Endereço telegrafico:

“DRYDOCKS,,

A CONSTRUTORA, L.^{DA}

Capital realizado: 2.500.000\$00

Séde em LOBITO

CAIXA POSTAL N.º 10

Filial em BENGUELA

CAIXA POSTAL N.º 32

Delegação em LISBOA: Rua dos Fanqueiros, 235, 2.º-Esq.

Telefone n.º 2772

Telegramas | Rodrivalho — LISBOA
| Construtora — LOBITO

GERENTES EM:

AFRICA

Sousa Lara & C.^a Ld.
Joaquim Duarte

LISBOA

José Rodrigues de Carvalho
Mariano Machado

Deposito de materiais no Lobito e Benguela

Encarregar-se de construções no Lobito e ao longo do Caminho de Ferro desde o Lobito até ao Bié (Silva Porto) Kilometro 627

ARTE

DR. CARLOS AMARO : : : : :
 LUIS MOITA : : : : :
 JOSÉ AUGUSTO MELO VIEIRA

TEATRO — LITERATURA — MUSICA — PINTURA, ETC.

VESPERAS DO NATAL

Aos grandes amigos das crianças e meus amigos Francisco Formosinho e Henrique Trindade Coelho

A filhita dum amigo meu sôu, há dias, a passear a cidade. Cinco anos feitos e tudo quanto possam imaginar de mais adoravel e distinto. Grandes maneiras, e desde que a mamã usa como ela os cabelos cortados, resultou daí que, não ficando a mamã mais nova depois da tosquia, a pequenita é que naturalmente se convenceu que era já uma senhora, — tal qual como a mamã!...

Pois, como lhes ia dizendo, a pequenina dama saiu, toda forrada em suas peles e veludos, com muito proposito, toda cheia de não prêstas, a passear a cidade. E, de volta, ao chegar a casa:

— Mamã, quiere saber o atrevimento? Ao passar na Avenida, um burro comprimontou-me!...

— O quê, filha?

— Sim senhor, um burro! Muito sério, baixou-me duas vezes a cabeça!...

— E tu, que fizeste?

— Eu? voltei logo a cara; fingi que nem o vi!...

Outra filhita doutro amigo meu— muito infeliz, coitado, até ás vezes já tem sido ministro!—foi há tempos tomar ares do campo e da serra, mais toda a sua familia, excepto o pae, que esse teve de ficar em Lisboa, a dirigir a Náu do Estado, que, como V. Ex.ª devem saber pelos jornais, não navega em mar de rosas... Uma vez ou outra, quando as saudades da filhita já lhe eram insupportaveis e a dita Náu, por alguns dias, lhe dispensava os serviços, lá se escapava o triste, para as cheirosas terras dessa sagrada Beira, que, na sua imensa misericordia, não nega a ninguém a resignada e melancolica tranquillidade da sua paisagem — a ninguém, nem mesmo a um estadista. Durante dois ou tres dias o pobre diabo lá enchia o papo a vêr a filha que, já me esquecia de lhes dizer, conta apenas tres anos, lindissima por sinal, e duma tão doce e profunda bondade, que ainda mais pena faz á gente que seu pae seja ministro!...

O caso é que naqueles bemitos dias de folga, o estadista espojavase, rebojava-se pelas hervas e á sombra dos pinhais como qualquer animal decente, caçava aos grilos, tocava a filha de giestas e rosmãnhos, de maneira que ao virar para casa, já de noite, estropeados os dois, sujos e felizes, ainda cantavam e riam até mais não poderem.

Depois... Depois, a volta triste no comboio, outra vez Lisboa, outra vez a Náu...

Ora uma vez, no dia seguinte ao da partida do pae, a pequena lá do alto do monte onde ficava a casita, pôz-se a chamá-lo com toda a força dos seus pequeninos pulmões de ferro:

— Oh pae, oh rico paisinho!

A' roda calavam-se as rôlas e as rãs e os grilos, os gaios e as pôpas, talvez a vêr se descobriam que nova especie de ave seria aquela, toda côr de rosa e de penugens doiro na cabeça, que assim acordava montes e vales com tão ansioso, repenicado trilo:

— Oh, pae, oh rico paisinho da minh'alma!

E, sempre, na ponta de cada grito a luz duma lagrima parece que tremia...

O caso é que aquilo prometia nunca mais se acabar, se a mãe já farta, o coração cortado por aquela supplica incessante, não intervisse:

— Filha, pois não sabes que o pae está em Lisboa e que Lisboa é lá muito longe, muitas, muitas leguas d'aqui... e que o pae não nos pode ouvir?...

— Ah! Mas elle a mim... A mim, ouve-me!

Outra filhita—esta dum inimigo meu—tambem foi há dias de passeio com seu pae, que por sinal é dramaturgo e poeta. Ora, exactamente por ser poeta, fez parar a pequena no meio dum largo a mostrar-lhe a estatua em bronze de Camões. Era ao cair da tarde e, á roda, sobre as grandes arvores despidas pelo inverno, desciam, como de costume, em grandes nuvens, os bandos dos par-

dais. Até ao fechar da noite, enquanto se não aninham definitivamente, é um bater de azas incessante, ruflos de sôda de myriades de pequenissimos leques, e, por uma bem puxada hora, todo o largo vibra na mais ensurdecadora e delirante chilreada.

A pequenita com os seus lindos olhos maravilhosos, muito séria, mirava tudq; o arvoredor, o Epico e a alegria da passarada.

De volta a casa, contava a um irmãozinho mais novo, tudo o que vira, com uma voz em que havia tons de misterio, tremula ainda de profunda comoção:

— Mano, eu vi o Camões!

— E era bonito, man?

— Se era!... muito alto, sózinho no meio dum largo! E, á roda, os passaros todos, todos... a aplaudil-o!

Aqui ha tempos, subindo a Avenida, num molhado dia, enevoado e triste, ia-me eu dando ao luxo caro de me sentir imensamente infeliz, quando me assaltou ao caminho uma pequerrucha. Esta, anda descalça, pernitias vermelhas de perdiz, olhos resplandecentes como duas liquidas estrelas! Tem seis anos, mas não tem pai ou dele nada se sabe, e, os pésinhos, trá los ás vezes todos gritados, as unhinhas roxas do frio... Somos velhos conhecidos, e, como é de seu costume — e de seu officio — veiu pedir-me a esmola. Emquanto eu procurava pelos bolsos, fomos andando e conversando. Como lhes disse, eu ia imensamente triste:

— E a ti, amiga, como te vai, por lá, correndo a vida?

— A mim, meu Senhor? A mim, não ha mal que me chegue!

E foi-se, correndo e contente...

— A ela, não ha mal que lhe chegue!

Bemdito seja Deus pelas alturas!...

Tão tranquila e tão segura da vida, a pobresinha, que, por um instante, num deslumbramento eu vi, mas certamente vi, desde os cimos de

Rotunda até ao rio e aos outeiros da outra-banda, desde a terra ao mais alto dos céus, a alegre luz dos seus grandes olhos alumiar e encher de sol a longa Avenida, e toda a bruta cidade, e o Mundo todo inteiro, onde, ainda ha um momento, naquele frio e enevoado dia, até as arvores pareciam que choravam.

— Não ha mal que lhe chegue!

E tive vergonha da minha dôr e de mim mesmo, debandaram-me do coração as pesadas nuvens dos inúteis remorsos, esqueci por um momento todas as injustiças da terra, o milenário crime que consente andem pelo chão gretados, roxos do frio, tantos pésinhos de criarças! E, por um instante apenas, mas por um instante, estive quasi a acreditar que Deus existe!

— A mim, não ha mal que me chegue!

Pobresita!...

Pela alta lição que deste á minha negra tristeza daquela hora maldita, obrigado, oh minha pequena, minha pobre e grande amiga.

Muito obrigado.

Deste encontro falei em minha casa, á hora do jantar. E a minha filha perguntou-me:

— O pai vê-a muitas vezes?

— Sim, vejo.

— Dá-lhe esmola, sempre?

— Sim, sempre.

E não se tratou mais daquele caso. Passaram-se uns dois meses, e a minha filha ia fazer os seus cinco anos:

— Pai, amanhã é dia dos meus anos; amanhã o pai ha-de dar áquella pequena, um *dinheiro grande*...

— Mas a qual pequena?

— Aquella que, uma vez, o pai contou...

— Não sei, filha, não me lembro...

— Aquella que... que «não ha mal que lhe chegue»!

Pois não se tinha esquecido...

Com que então, amanhã, terá de ser um *dinheiro grande*!?

Ela ia com a avó, no electrico, uma avó toda gorda, anafada e côr de rosa.

A pequerrucha, de dois anos, touca branca, sapatinhos brancos, vestido branco, e, nos ombros e nos punhos, ricas applicações de arminho... de coelho branco. Sobre toda aquella alvura parece tinham caído duas brilhantissimas gotas da mais negra tinta: os olhos!

Tudo o mais era um novelo branco...

A certa altura, parou o electrico, por causa duma carroça atravessada.

O cavalicoque não conseguia, por mais esforços que fizesse, fixar as patas, que lhe escorregavam e feriam lume na calçada. O carroceiro, como uma fera, poz-se a espancá-lo brutalmente. E ninguem se atrevia a protestar, tão membrudo, barbudo e temeroso era aquele homem da carroça, cujo focinho, apparecia cortado por um gilvaz terrível, cicatriz de coice antigo ou navalhada!

No electrico, pois, silencio afflitivo, mas absoluto. De repente ergueu-se um punho fechado e uma terrível voz gritou ameaçadora:

— Mau! Mau!

Voltou-se o bruto, chicote no ar, a responder á afronta. E deu de cara com o novelo branco, o punhinho cerrado como um botão de rosa, as estrelas dos olhos a luzir de colera... Sem sombra de medo daquellas barbas hirsutas, nem da cicatriz assassina, berrava cada vez mais alto:

— Mau! Mau!

E assim se mediram, num relampago, aquele Adamastor e aquele torrão de açúcar.

Mas logo se abriu a grande bocarra do carroceiro numa imensa gargalhada e o electrico todo, largamente, desabou a rir...

E o terrível chicote lá cafu molemente, brandamente, quasi num afago, sobre as magras ancas do cavallo.

... Meu bom Jesus, Tu,—perdão,

— Tu sabes muito bem que eu não creio, há muito, em teu velho Pai, todo poderoso, Senhor do céu e da terra,—mas creio em Ti, assim tão menino e pequeno, para melhor poderes penetrar nos duros corações dos homens; creio em Ti, que és o Deus da minha Filha!

Conte-te, meu bom Jesus, estas veridicas historias, infelizmente tão mal contadas, para que, daqui a poucas horas, quando, pela noite, andares ao vento, á chuva, á neve, na tua divina faina de lançar pelas negras chaminés os teus milhões de brinquedos para tantos milhões de crianças, te lembres da minha, agora e sempre, e assim das outras, filhas e filhas de amigos ou de inimigos, de todas, de todas, pobres ou ricas que sejam. Mas, principalmente, para que te lembres daquella e daquellas, a quem «não há mal que lhes chegue» e que, de noite, á tua espera, não irão pôr o sapato sobre a pedra do lár, orque elas não teem lár, e porque elas—oh, meu bom Jesus—nem sapatos teem!

Amen, Jesus!

24 de Dezembro

FREI CARLOS.

TEATRO

Impressões

Musica... de fulano

Não nos fadou Deus, e com mágnã o confessamos, para a sublime Arte mas isso não quer dizer que embora não sejamos capazes de tocar mesmo em campanha de porta—o instrumento que todos tocam—o mais simples dos «Pirolitos» não apreciemos devidamente a musica e até—e perdão pela vaidade da declaração—fazamos parte do pequeno grupo dos que «ouvem bem» e não se esquecem do que ouviram guardando na sua memória, ávaramente, as impressões recebidas...

E isto tem-nos trazido desgostos ás vezes... desgostos e arrelias...

Não é a primeira vez que tendo entrado num teatro e tendo lido previamente o cartaz—e quantos nomes novos vêm sempre neles e quantos nomes velhos vêm desaparecidos deles!...—tomamos conhecimento de que as palavras do auctor *A* ou *B* vão-nos ser servidos com musica de *C* e a certa altura começamos a reconhecer que de duas uma: ou *C* é pseudonimo de musicos que já ouvimos com outro nome ou então a memória musical que vaidosamente vos confessámos há pouco, não a possuímos já...

E arreliamo-nos, desgostamo-nos com a duvida...

E como sabemos que *C* cobra os seus direitos de auctor, como relando o cartaz vemos bem que a musica é bem de *C* e porque calculamos que se *C* não fosse bem quem escreveu a musica não só não receberia direitos de auctor como não consentiria que se publicasse á turba «musica de *C*» concluimos, com desgosto e arrelia, que perdemos o ouvido e a memória...

E na certeza já confidenciamos a um amigo o nosso desgosto, a nossa arrelia.

— Que não; que ele também já reparára nisso; que até já ouvira em dois teatros, pela mesma epoca e em peças diferentes, o mesmo numero de musica sem que *C* fosse o mesmo nas duas peças; isto nos diz o amigo.

E mais nos diz que acha mal, que acha feio mas que lhe não vê «furo»...

Ora o caso julgamo-lo nós claro.

Se é certo—e é-o absolutamente, e disso devemos orgulhar-nos—que dentre os nossos escritores mu-

sicais ha quem seja absoluta e originalmente original porque não pôr de parte as apropriações e adaptações que nem sempre resultando brilhantes, sempre resultam suspeitas?

E porque é que, quando ha necessidade de aceitar numeros de outrem e a musica não é toda original se não adopta a hoje abandonada indicação de que a musica é «parte original, parte coordenada»?

Já sabemos. Vão-nos dizer que assim desapareciam muitos «maestros» e os que ficassem seriam caros...

Que importaria se o que ficava era realmente... o que era bom...

JOÃO SILVESTRE.

DESENHO

As caricaturas de Amarelhe para o «Teatro Caricatural»

A revista «de Teatro» animada pela entusiastica aceitação que o publico muito justamente lhe dispensa, promoveu no salão nobre do Teatro Nacional a exposição dos originais de Amarelhe, o caricaturista celebrado da gente de teatro, gente que muito em breve irá desfilar nos fasciculos do «Teatro Caricatural», esse travesso «bambino» filho mais novo, não digo já de Mario Duarte, mas desse grupo de pessoas de bom gosto que, com ele e Guilherme de Carvalho á frente, se propuzeram a bem servir a sensibilidade alfacinha, dando-lhe obras gráficas do mais puro interesse.

Em Amarelhe, fino observador, dextro e seguro nos seus processos técnicos, encontrou a empresa «de Teatro» o seu melhor colaborador artistico.

Com efeito vivendo constantemente nesse brouhaha dos camarins e bastidores, «filmando» os «tipos», isto é os autores e artistas nas noites angustiosas das «premieres», sempre dependurado de um enorme charuto, observando maliciosamente com aquele seu olhar repolhudo de boneca «maquillée», ninguém como ele poderia a golpes de intuição caricatural, trazer para o maior interesse do publico os artistas de teatro.

Amarelhe é hoje um artista querido do grande publico, porque trabalhando com afincio e evoluindo de

exposição para exposição, soube ir ao encontro das suas tendencias e da sua sensibilidade.

Para mim a grande qualidade de Amarelhe está na maneira simples e concisa com que fixa as fisionomias e as «encaixa» inخورavelmente num contorno despretençioso, muito terra a terra e ao alcance de todos.

Nada de «intimismos» filiados na escolas dos iconoclastas chamados futuristas e que o publico não atinge; nada de «impresionismos» modernistas de indulgente aceitação e a caminho de definitivo triunfo.

Amarelhe é um artista probo: achou a sua «maneira» e trata de a impôr com lisura, sem «camouflagens», avesso ás «colteries» e indifferente ás leu-vaminhas.

Mas quer isto dizer que a sua arte é isenta de defeitos? Evidentemente: não.

Por exemplo, entrando propriamente na critica dos trabalhos expostos, acho que o artista em plena veia humoristica, interpreta com mais finura e com um mais perfeito «sens of humour» as figuras masculinas, pois que de um modo geral as pobres «estrelas» da rbalta, apresenta-as o caricaturista em desenhos sangrentos num despropósito pouco generoso fazendo despertar a respeito das «vítimas» sentimentos dolorosos que felizmente não correspondem á verdade.

Refiro-me á maneira infeliz como são tratadas as caricaturas de Lucilia Simões, Aura Abranches e Berta Bivar e as de quasi todo o pessoal femenino salvando-se no entanto as de Auzenda, Alice Rey Colaço e Ester Leão que são obras perfeitas e de boa técnica.

De resto, como já disse, na galeria de Amarelhe os homens são mais felizes: auctores, actores, criticos e jornalistas perpassam flagrantes, bem focados tanto nos «portrait-charge» como nas caricaturas. E' claro que ha as excepções de certos refracta-

rios ao lapis que por serem talvez «feios» de mais, amedrontaram o artista mas ainda assim, todos eles mostram em certos detalhes a garra do caricaturista.

Eis o que em rapidos traços eu posso dizer da arte de Amarelhe, exposta no domingo passado no salão do Nacional esperando que da minha dirão um dia os outros com mais argúcia e justeza, é certo, mas nunca com maior lealdade e isenção.

M. F.

MANTUA, Ltd.



29 a 37
Calçada de S. Francisco
LISBOA

Numeros especiais

A «Gazeta das Colonias» tenciona editar, em cada ano, um numero especial dedicado a cada uma das nossas Provincias Ultramarinas.

Esses numeros destinam-se, sobretudo, a fazer um cuidado registo de todo o progresso das nossas Colonias, pondo ao mesmo tempo em destaque, os factores do seu desenvolvimento comercial, industrial, agricola, etc. e as suas necessidades mais instantes.

Os numeros especiais, que serão largamente ilustrados, deverão constituir um valioso meio de propaganda do nosso esforço de colonisação.

Para eles espera a «Gazeta das Colonias», toda a colaboração dos nossos coloniais, no sentido de tornar tão proveitoso quanto possivel o esforço que dispenderá com a sua iniciativa.

MOSAICOS CERAMICOS

DA

FABRICA DE LOIÇA DE SACAUEM

Para revestir pavimentos de Salas, Casas de banho, Cozinhas, Terraços, Halls, etc., etc., em substituição dos vulgares ladrilhos hidrúlicos, corticites, etc., incontestavelmente de maior duração, maior resistencia e de maior efeito. Fabricação garantida, rivalizando com o artigo congenere estrangeiro

Padrões e preços no depósito da Fabrica **Rua da Prata, 130 - LISBOA** TELEFONE **C. 316**

DESPORTO

ARTUR
INEZ

Nota preambular

Sempre, que nos visita um agrupamento de foot-ball da Europa Central, tendo esse agrupamento um nome feito como o Sparta e o Nuzeesky da Tcheco-Slovaquia, e o Rapid de

contros... internacionais, supre muitas vezes a boa tactica do association.

O que é um facto é que na nossa consciencia subsiste a admiração pelo valôr dos grupos estrangeiros, a que nos referimos, ainda mesmo, quando derrotados.

Quando os portugueses se convençerem, que para sêr bom jogador de foot-ball é preciso muita perseverança e muita abnegação, estamos certos que alinharão entre os melhores dos melhores do mundo inteiro.

D. C.



Uma fase do jogo «Sporting»-«Vitoria» no presente campeonato

Viena, ficamos com a impressão nítida marcada, que nós não praticamos association, limitando nos, apenas, a jogarmos a bola, duma maneira mais ou menos habilidosa.

Os resultados, que, em geral, se obteem na maioria dos jogos não são lisongeiros, dada a manifesta inferioridade de técnica dos nossos grupos.

Destes, no entanto o que se salya é o Sporting, não porque o seu jogo se possa egualar ao dos estrangeiros, mas, porque formando um bloco mais homogéneo e desenvolvendo um jogo mais colectivo, ainda, que, na sua generalidade, inferior em método ao adversário, consegue, no entanto bons resultados.

O élan, que os homens do Campo Grande põem em jogo nos seus en-

estas considerações veem a proposito da série de jogos, que o agrupamento hungaro Szombathely está realizando entre nós O método do jogo, ajudado pela flegma natural do povo é interessante e proveitoso pela certesa das passagens, o franco dominio da bola e precisão dos remates.

Homens fortes e atleticos, bem preparados para o foot-ball, driblando com facilidade e quanto basta, constituem agrupamentos de verdadeiro valôr.

Nos nossos jogadores é a alma, os nervos e uma certa virtuosidade, pois só habilidosos do shoot podem conseguir manter-se em grupos de primeiras categorias. ano e anos sem um treino absolutamente consciencioso

O profissionalismo no foot-ball

De ha muito que o profissionalismo — mais ou menos encoberto — vem estendendo os seus tentaculos e ameaçando envolver, de Norte a Sul e de Leste a Oeste, este jardim á beira-mar plantado.

Por toda a parte se rumoreja que o club A. paga a quantia de X a um ou mais jogadores; que o club B. mantém aos seus players de 1.^a categoria ordenados tentadores, que oferece outras garantias, etc.

Tudo isto se vem dizendo desde ha muito; mas até agora, que nos conste, nenhum jogador nem nenhum club foi castigado por se apurar que praticava esse dito e redito profissionalismo, pois os poderes legalmente constituídos para gerirem esta engrenagem do foot-ball preferem dormir descansados a amaranharem-se numa questão tão complicada que, forçosamente lhes acarretaria enorme soma de trabalho.

Nos começos desta epoca, a questão do

profissionalismo atingiu quasi o seu auge. Do Porto começaram a emigrar alguns jogadores para a vizinha cidade de Braga e assim os dois clubs principais daquela terra foram—justamente, é bom de notar, atacados.

Sucedo, porém que o delegado de um club—o do F. C. Gaia—estranhou que apenas se accusassem os clubs bracarense, quando era certo que uma agremiação filiada na A. F. P. estava seguindo o mesmo processo.

O caso levantou celeuma e então surgiu á luz o nome do club e do jogador *seduzido*: o Vilanovense e Ernesto Augusto (Carpanta).

O referido delegado—Oliveira Junior—protestou ultimamente junto da Associação, esta ouviu as suas queixas e vae proceder, dizem, a um inquerito.

A questão apresenta-se assim momentosa e deve dar muito trabalho para ser deslindada, pois, se o delegado do Gaia diz ter provas concludentes do profissionalismo praticado pelo Vilanovense junto do tal jogador, este club mantem-se quieto, com a tranquillidade propria de quem tem a consciencia livre.

Vamos a ver como se resolve e esclarece o caso...

L. M.

Cross Country

Uma prova de 5 quilometros

Organizada pela União Sportiva Excursionista realisa-se no proximo dia 18 de

Janeiro uma prova de *Cross Country* no percurso de 5 quilometros, estando a inscrição aberta na sede do club organisador, Palacio das Galveias, Largo Afonso Pena.

O Campeonato de Lisboa de Foot-ball

Depois da vitoria do Sporting sobre o Benfica, a situação dos clubs que disputam o Campeonato de Lisboa da 1.^a divisão, ficou um pouco mais definida.

Essa situação é a seguinte:

1.^a Categoria

CLUBS	Numeros de jogo	Ganhos	Empat.	Perdidas	Goals		Pontos
					Pro	Contra	
Belenenses..	4	3	1	0	8	3	7
Casa Pia...	4	2	2	0	5	3	6
Sporting....	4	2	1	1	10	9	5
Benfica....	4	1	0	2	9	6	2
Vitoria.....	4	0	0	4	5	16	0

Os medicamentos «Sanitas» obtiveram na exposição do Rio de Janeiro, a mais alta classificação.—O Grande Premio.

Aviação

O grande volante inglês T. Parry acaba de bater o record da hora. Pilotando um «Bolido», Leyland-Thomas de oito cilindros, percorreu numa hora, na pista de Brooklands, em Inglaterra, 109 milhas, 110 jardas, ou sejam 175 km. 563.

O antigo «record» tinha sido estabelecido por Chassagne, num carro «Sunbeam», com 173 km. 707, em 10 de outubro de 1913.

“FOOTO-SPOR”

PUBLICA-SE DUAS VEZES POR MEZ

O magazine mais completo

da especialidade

SÉDE PROVISORIA

R. do Gromio Lucitano, 49, 1.^o

LISBOA

Assinaturas para as Africaes

10 numeros

33\$00

Pagamento adiantado

P. Santos Gil, Limitada

Importadores de Material Telegrafico e Material Ferro-Viário de toda a espécie:

LOCOMOTIVAS, ZORRAS AUTOMÓVEIS, CARRUAGENS, TRACTORES AGRICOLAS, ETC.

Conserva stocks permanentes para entrega imediata

FABRICANTES | *Hoppel Industrial Car & Equipment Co., Ltd.*
| *Pennsylvania Car and Manufacturing Corp.*

Secção de construções

Ladrilhos e Azulejos em lindos desenhos e cores Muralo «Murie», preservativos de madeiras em variadas cores, telhas e chapas de asbestos, etc., das melhores marcas.

Secção de Madeiras

Possuimos em armazem, para entrega imediata, madeiras da Provincia das melhores qualidades, em pranchões, barrotes e taboas, assim como travessas para camiãos de ferro, paus para minas, etc.

Secção de Productos

Compramos e exportamos toda a qualidade de productos da Provincia, tais como: Milho, Mapira, Copra, Amendoim, etc.

Estancias e Armazens Alfandegados ao Kilo metro 1 para Deposito de Mercadorias.
Officinas de Serração, Fabrica de Mobiliars, Portas, Janelas, Aros, etc. movidas a Electricidade.

TELEFONES | Escritorio 400
| Estancia 493

LOURENÇO MARQUES

NOTÍCIAS E COMENTÁRIOS

Prazos da Zambezia

A NUNCIASE uma excepção aos «Prazos da Zambezia» e consta estar nomeado para a realizar o funcionario do Ministerio das Colonias e antigo governador do distrito do Cuanza Sul (Angola), sr. Nobrega do Quintal. Não será porventura falha de interesse para alguns dos nossos leitores a descrição do chamado *regime de prazos* a que está sujeita a exploração da maior parte do territorio do distrito de Quelimane.

Consiste este regime na cedencia a longo prazo (geralmente 25 anos) de certos terrenos, feita pelo governo a determinadas entidades, que por elles pagam uma renda anual fixada em função do rendimento do imposto indigena cobravel na área emprazada.

A tributação é feita nos prazos não por palhoia, mas por habitante, revertendo o imposto, que se denomina *mussoco*, para o arrendatario do prazo, a quem são impostas varias obrigações, tais como: construir estradas, manter escolas, enfermarias, etc.

Os arrendatarios administram directamente as suas terras, como «agentes de autoridade», subordinados ao Governador que exerce a sua fiscalização por intermedio de pessoal proprio, que em Quelimane está distribuido por três circunscrições.

O terreno emprazado, nem todo é alorado; o arrendatario apenas pode aforar uma zona que preferir, ficando o restante livre, para ser concedido, como nas regiões sob a administração directa do Estado. O commercio nos prazos é completamente livre.

O regime descrito poderia evidentemente prestar-se a abusos, collocando o indigena sob a administração directa do arrendatario do prazo; ha que contar porém que a esses abusos, a darem-se, responderá o indigena emigrando para outros prazos ou para regiões sob a administração do Estado, usando assim daquela pacifica defeza que ele opõe a tudo que o moleste.

Tem sido por vezes muito atacado o *regime dos prazos*, ao qual, no entanto, muita gente attribue o desenvolvimento agricola do distrito de Quelimane.

Como terão sido cumpridas as obrigações dos arrendatarios dos prazos? A isso deverão responder

as autoridades provinciais: o Governador do distrito, a quem cabe a fiscalização, e o Governador da Provincia, que a todo o momento se pode pôr ao corrente do que se passa.

Ajustar-se ha o regime, que ligeiramente descrevemos, ás necessidades e ás possibilidades do distrito de Quelimane? Carecerá de ser modificado?

Não o sabemos e entendemos que é um assunto que merece ser detidamente estudado por technicos.

Não conhecemos o intuito do Governo ao promover a annunciada inspecção; mas se é o de se esclarecer sobre a primeira duvida que puzzamos, não se explica que não aproveite para esse fim as autoridades da Provincia, que mais seguramente o podem informar.

Se o governo pretende promover o estudo, a que nos referimos, sobre a influencia do regime adoptado no desenvolvimento do distrito onde vigora, então não será o sr. Nobrega do Quintal a pessoa mais indicada para esse fim, visto que como accentuámos, é a technicos que tal estudo deverá ser entregue.

Ao sr. Ministro das Colonias, que, estamos certos, acima de tudo põe a regularidade e a eficiencia dos serviços que pelo seu Ministerio correm, pomos estas considerações ditadas apenas pelo desejo que temos, de ver saneada a nossa administração colonial.

Jardim e Museu colonial

Tivemos ensejo de visitar recentemente estes institutos, cuja incontestavel utilidade se depreende da simples leitura dos respectivos diplomas organicos.

Conhecedores das más vontades, a que largas referencias se fizeram no 2.º Congresso Colonial, e que davam as duas instituições como *inuteis*, e sabendo alem disso como é exigua a dotação que o orçamento lhe attribue, estavam longe de ir encontrar as preciosas collecções, que nos foi dado ver, e que constituem valiosos elementos de estudo da agricultura colonial. Para o muito que ali ha feito, e que revela uma grande tenacidade e um desvelado carinho por parte dos srs. Mello Geraldés e Oliveira Fragateiro, que dirigem os dois institutos, entendemos dever chamar a atenção do sr. Ministro das Colonias.

Reservando nos para mais tarde tratar detidamente o assunto, limitamo nos por hoje a transcrever as impressões deixadas no livro dos visitantes, pelo antigo Ministro e illustre Secretario Geral do Ministerio das Colonias, sr. Cerveira de Albuquerque, e que, melhor do que nós o faziamos, revelam o valor que já hoje tem o Jardim e o Museu Colonial.

Que nos seja perdoada a indiscreção...

No dia 21 d'Outubro de 1924 visitei o Jardim e Museu Colonial. Tendo decorrido anos depois da minha ultima visita vim encontrar provas cabaes e inco testaveis do amor e dedicação com que os funcionarios que se acham á testa dos serviços tem empregado para conseguir, com a miseravel dotação orçamental, que estes estabelecimentos tem em progredido.

Apezar das injustas campinhas que ultimamente se tem exercido contra o Jardim e Museu Colonial, eu continuo a julgar indispensavel a existencia destas Instituições para que concorri quando em 1912 sobracei a pasta das Colonias e a considerar como funcionarios exemplares os que se acham á testa destes estabelecimentos.

21 10 24

O Secretario Geral do Ministerio das Colonias.

(a) Cerveira d'Albuquerque

Angola

Alto Comissário

Pedi a sua exoneração de Alto Comissário da República em Angola, o sr. tenente-coronel de engenharia Rego Chaves. Fê-lo nos termos contidos no requerimento que adeante transcrevemos e em que claramente salientou as razões que o levaram a esse procedimento.

Como tudo nesta vida, o facto deve talvez ter desagradado a uns e agradado a outros.

Pela nossa parte lamenta-lo sinceramente, sem que para tal impenda a estima pessoal que ao sr. Rego Chaves nos liga. E' que não podemos deixar de avaliar a repercussão que o incidente deve ter em Angola, cuja população enervada pela tremenda crise que a tem dominado, poderá ver em tudo isto, que se vai passando, manifestações de desinteresse pela sua vida

é pelo seu bem estar, se, o que será peor, não perfilhar a suspeita, que já vimos trazida a público, de que em tudo isto se sente a influencia duma *força oculta*.

Estamos convencidos de que o facto, pela sua importancia, não passará sem a conveniente análise; os termos em que foi feito o pedido de exoneração, sendo, por certo, facilmente compreensíveis por parte da entidade a quem éle foi dirigido, não são no entanto suficientemente pormenorizados, por forma a permitir que a opinião publica na Metropole e em Angola forme um juizo seguro, como convem.

Mas acima do desejo que temos de ver esclarecido este assunto, nós pômos a inadiavel necessidade de se acudir a Angola, libertando-a da situação que a asfixia e afastando, tanto quanto possível, da sua vida, as reflexas das *hesitações e contradicções da nossa administração*.

Aquando da posse do sr. Rego Chaves, formulámos os nossos votos para que as suas energias e a sua honesta boa vontade fossem secundadas pelo esforço de todos os que á provincia estão ligados, para que Angola entrasse finalmente na situação de desafio que merece: hoje que S. Ex.^o safu, reconhecendo que o desejado apoio não se efectivou, não deixaremos, como então, de fazer justiça ao valor da sua inteligencia e aos primores do seu caracter.

Foi feito nos termos que seguem, o pedido de exoneração:

Exm.^o Sr. Ministro das Colonias

Francisco da Cunha Rego Chaves, Alto Comissario da Republica em Angola, vem requerer a V. Ex.^a a sua demissão do alto cargo a que foi elevado, por votação do Senado da Republica, com os seguintes fundamentos:

1.^o—Não poder exercer a sua missão sem o auxilio da Metrópole ou do credito externo, e nem um nem outro ter obtido até agora, ou esperar obtê-lo na medida, condições e urgencia compatíveis com a multipla crise que avassala Angola.

2.^o—Não reconhecer oficialmente lhe seja manifestada a indispensável confiança pelo Governo da Metrópole, porquanto não só lhe não foi dado a conhecer o relatório apresentado hoje na Camara dos Deputados, como não foi ouvido sobre a proposta de lei que o acompanhava.

Como V. Ex.^a sabe apenas duas noites esteve o requerente com V. Ex.^a no Ministério das Colónias fornecendo os elementos que possuia, e em nenhuma d'essas ocasiões V. Ex.^a.

redigiu qualquer relatório, ou minuitou qualquer proposta de lei que, alias, só poderia ser considerada em face de elementos completos e com o acordo de S. Ex.^a o Sr. Ministro das Finanças.

3.^o—Não julgar conveniente para o prestigio das funções de que foi investido patentear as hesitações e contradicções da nossa administração publica, ao sabor das flutuações politicas de momento, e arrastando a uma diferenciação, entre processos do Estado e processos do individuo, que não admito e nunca admitirei no exercicio de quaesquer cargos.

4.^o—Não possuir meio algum de convencer os credores com que tenho tratado de que, nas promessas de há um mês sobre o pagamento proximo de alguns debitos urgentes, houve da minha parte uma real esperança de efectivação e não teria sido apenas um processo de adiar dificuldades de momento.

Nem a aprovação da I.^a proposta de lei de £60:000, sobre a discussão da qual cafu um governo, nem a da 2.^a proposta de £61:000 foram pelo Governo actual obtidas do Senado.

Resulta d'esta situação que amanhã ao serem apresentadas novas letras a pagamento, o Governo se encontrará na situação anterior a taes discussões que, por todos os motivos, foram prejudiciaes ao credito de Angola, mas que tiveram, pelas resoluções tomadas na Camara dos Deputados, a vantagem de demostrar a vontade de honrar os nossos compromissos.

No melhor dos casos caíremos na situação ilogica de pagar sem as autorisações legais que então foram julgadas indispensaveis.

5.^o—Encontrar-me na situação, sendo Alto Comissario de Angola, de apenas conhecer o relatório e proposta de lei, apresentadas por V. Ex.^a na Camara dos Deputados na sessão de hoje, pela local inserta no jornal «Diario de Lisboa» e cuja apreciação não faço por não ser documento autentico.

6.^o—Por ter ligado a uma resolução acerca da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela a minha responsabilidade pessoal e não ser possível continuar como Alto Comissario desde que não ponde manter a primeira decisão tomada.

Não pormenorisa o requerente os fundamentos que deixa expostos, e confiando que V. Ex.^a lhe fará a justiça de reconhecer as muitas razões que aconselham o seu procedimento.

Lisboa 19 de Dezembro de 1924
Pode deferimento.

a) *Francisco da Cunha Rego Chaves*

Distrito do Zaire

Foi suprimido o distrito do Zaire, passando o seu território a integrar-se no distrito do Congo, cuja séde, a continuar em Maquela do Zombo, fica distante cerca de 350 quilómetros da costa e uns 200 do rio Zaire.

Dadas as conhecidas pretensões manifestadas pelos Belgas a conseguirem terrenos na margem esquerda do Zaire e a consequente conveniencia de ali acentuarmos, o mais nitidamente possível, a nossa ocupação e de intensificarmos o progresso da região, não compreendemos como se tenha resolvido tal supressão, que poderá satisfazer um intuito simplista de economia, mas que nos parece longe de corresponder ás conveniencias da nossa politica internacional.

Não seria bom pensar um pouco no assunto?...

Caminho de Ferro de Mossamedes

Foi nomeado director do Caminho de Ferro de Mossamedes, o engenheiro sr. Virgilio da Conceição Costa.

Moçambique

Navegação Nacional

Sob esta epigrafe publicamos num dos numeros anteriores umas considerações sobre o perigo que corria a navegação nacional na costa oriental de Africa, em presença duma coligação de companhias estrangeiras que pretendiam desviar dela o trafego naquela costa.

Pelo visto não eram infundadas as nossas apreensões e razão tínhamos em chamar a atenção dos Poderes Públicos para o caso, que nos parecia requerer imediatas providencias.

Poucos dias depois de feito o nosso apêlo, foi publicado um decreto reservando á bandeira nacional a navegação na costa de Moçambique.

Estamos confiados em que a marinha mercante nacional, reconhecendo o apoio que o Governo lhe prestou, procurará manter nos seus serviços a regularidade e frequencia que convêm aos interesses dos importadores e exportadores da costa.

Companhia do Niassa

O sr. Rui Leitão, intendente do Governo no Ibo, foi mandado demorar em Lisboa, afim de fazer um relatório sobre a Companhia do Niassa.

O sr. Rui Leitão foi sindicado recentemente, por virtude de várias acusações contra êle feitas pela Companhia, tendo no decurso da sindicancia, ao que nos consta, atribuido áquella, faltas graves.

Por estas relações entre o sr. Rui Leitão e a Companhia do Niassa se poderá avaliar a feição do relatório.

E o inquérito feito pelo sr. Sênador Mendes dos Reis?

Decididamente o caso complica-se...

Varias

Pediu a sua confirmação no logar o secretario do Governo de Cabo Verde, Dr. Antonio Augusto de Souza.

O Governador da Guiné pediu para serem contractados com urgencia os seguintes operários:

- 1 fundidor de metaes.
- 2 serralheiros mecanicos.
- 1 torneiro mecanico.
- 1 serralheiro civil.
- 1 caldeireiro de ferro.
- 1 serralheiro ou torneiro mecanico e especializado em motores de explosão.

Foi rescindido o contracto do engenheiro João Pedro da Costa, como director das Obras Publicas da Guiné.

Os funcionarios publicos da Guiné dirigiram ao S. Ex.^o o Ministro das Colonias uma representação pedindo a revogação do artigo 24 do diploma colonial n.º 38, a que já nos referimos.

Ha falta de funcionários de fazenda na provincia de S. Tomé, procurando o Ministério das Colónias, neste momento, que alguns funcionarios de licença na metropole sigam para aquella provincia.

Foi recusado na provincia de Angola o «visto» ao diploma que nomeou Director da Imprensa Nacional de Loanda, o sr. João Ferreira Martins.

Vae ser contractado para secretario da Administração do Concelho de Loanda, o tenente reforma-

do Paulo Amado, devendo seguir para Angola na primeira oportunidade.

Foi mandado colocar interinamente na comarca de Loanda o delegado Dr. Francisco Levita, que havia sido colocado no Cuanza Norte.

Fabrica de Agua Oxygenada PEROXHYDRIL



De todas a melhor

L. B. Bandeira de Melo

Escritório: Rua Augusta, 75-1.º

LISBOA

Telefone C.—2570 Telegramas—Algodão

Quando as febres palustres deixam de obedecer ao quinino, deve empregar-se a «Paludina», que dá excellentes resultados nas febres palustres, biliosas e perniciosas. Pedir instruções a «Sanitas» T. Carmo, 1, Lisboa.

SOUSA MACHADO & C. A

Sede em LOANDA

Angola—Cabo Verde—Guiné—Lisboa

Importação e Exportação—Productos Coloniais
Cereais de Angola—Comissões e Consignações

Representantes privativos na Africa Ocidental Portuguesa da:

FORD MOTOR COMPANY E. U. A.

Filiais no: LOBITO HUAMBO

Representação e Importação exclusivé de carros de turismo, camionetes, tractores FORDSON, accessorios e sobressalentes

Filial em Lisboa—RUA GARRETT, 62, 2.º

END. TELEG. } Para Angola—SOMA
Para Lisboa—SEGUE

MOVIMENTO MARITIMO

IDA

CHEGADA A

Companhias	VAPORES	SAÍDAS DE	CHEGADA A																								
			Funchal	S. Vicente	S. Tiago	Principe	S. Tomé	abiada	Santo Antonio	Ambria	Louada	Novo Redondo	Lobito	Benjuicia	Mossamedes	Bahia dos Tigres	Porto Alexandre	Lourenço Marques	Beira	Moçambique	Porto Amélia	Ibo	India	Macau	Tinor		
Companhia Nacional de Navegação	Portugal																			20							
	Angola																				28	3	8				
	Pedro Gomes	Lisboa				30	1	5	6	7	7	12	13	15	17	19	20										
		15 de Dezembro					14	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.										
	Moçambique	Lisboa				30	1	5	6	7	7	12	13	15	17	19	20										
		1 de Janeiro					14	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.	Jan.										
	Beira	Lisboa		17	21	22	30	1	5	6	7	7	12	13	15	17	19	20									
		15 de Janeiro		Jan.	Jan.	Jan.	Jan.	Feb.	Feb.	Feb.	Feb.	Feb.	Feb.	Feb.	Feb.	Feb.	Feb.										
Africa	Lisboa		3																								
	1 de Fevereiro		Feb.																								
Portugal	Lisboa			21	22	30	1	5	6	7	7	12	13	15	17	19	20										
	15 Fevereiro		Feb.	Feb.	Feb.	Mar.	Mar.	Mar.	Mar.	Mar.	Mar.	Mar.	Mar.	Mar.	Mar.	Mar.											
L. Marques	Lisboa		3																								
	1 de Março		Mar.																								
Pedro Gomes	Lisboa		17	21	22	30	1	5	6	7	7	12	13	15	17	19	20										
	15 de Março		Mar.	Mar.	Mar.	Mar.	Abr.	Abr.	Abr.	Abr.	Abr.	Abr.	Abr.	Abr.	Abr.	Abr.											
Deutscher Afrika Dienst	Ussukuma																				11	16					
																					Dez.	Dez.					
	Sutan	Lisboa																			29	4					
		24 de Novembro																			Dez.	Jan.					
	Tanganjika	Lisboa																			11	18					
	8 de Dezembro																			Jan	Jan.						
Usaramo	Hamburgo																			22	27						
	13 de Dezembro																			Jan.	Jan.						

REGRESSO

CHEGADA A

Companhias	VAPORES	SAÍDAS DE	CHEGADA A																								
			Moçambique	Beira	Lourenço Marques	Porto Alexandre	Bahia dos Tigres	Mossamedes	Benjuicia	Lobito	Novo Redondo	Louada	Ambria	Santo Antonio	abiada	S. Tomé	Principe	S. Tiago	S. Vicente	Funchal	Porto Amélia	Ibo	Macau	Tinor	Lisboa	Amsterdan	
Companhia Nacional de Navegação	Moçambique																										
	Beira																										
	Africa	Moçambique																									
		9 de Dezembro																									
	Moçambique	Moçambique																									
		9 de Fevereiro		9	15																						
Beira	P. Alexandre																										
	20 de Fevereiro		Feb.	Feb.																							
Africa	Moçambique																										
	9 de Março		Mar.	Mar.																							
Portugal	P. Alexandre																										
	20 de Março		Mar.	Mar.	20																						
Deutscher Afrika Dienst	Usambara																										
	Nyassa																										
	Wangoni																										
	Ussukuma																										
	Sutan	Beira																									
		12 de Janeiro		24	Jan.																						
Tanganjika	Beira																										
	22 de Janeiro		Jan.																								

Banco Nacional Ultramarino

Sociedade Anonima de Responsabilidade Limitada

BANCO EMISSOR DAS COLONIAS

Séde LISBOA — Rua do Comercio
Agencia — LISBOA — Cais do Sodré

Capital social: Esc. 48.000:00\$000 Capital realizado: Esc. 24.000:000\$00
Reservas: Esc. 34.000:000\$00

FILIAIS NO CONTINENTE — Aveiro, Barcelos, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Chaves, Coimbra, Covilhã, Elvas, Evora, Extremoz, Faro, Figueira da Foz, Guarda, Guimarães, Lamego, Leiria, Olhão, Ovar, Penafiel, Portalegre, Portimão, Porto, Regua, Santarém, Setúbal, Silves, Torres Vedras, Viana do Castelo, Vila Real de Trás-os-Montes, Viseu

FILIAIS NAS ILHAS — Funchal (Madeira), Angra do Heroísmo e Ponta Delgada (Açores)

FILIAIS NAS COLONIAS — AFRICA OCIDENTAL — S. Vicente de Cabo Verde, S. Tiago de Cabo Verde, Bissau, Bolama, Kinshasa (Congo Belga), S. Tomé, Príncipe, Cabinda, Loanda, Malange, Novo Redondo, Lobito, Benguela, Vila Silva Porto, Mossamedes, Lubango

AFRICA ORIENTAL — Beira, L. Marques, Inhambane, Chinde, Tete, Quelimane, Moçambique e Ibo

INDIA — Nova Gôa, Mormugão e Bombaim (India inglesa) CHINA — Macau TIMOR — Dilly

FILIAIS NO BRASIL — Rio de Janeiro, S. Paulo, Pernambuco, Pará e Manaus

FILIAIS NA EUROPA — Londres, 9 Bishopsgate E. — Paris, 8, rue du Helder

AGENCIA NOS ESTADOS UNIDOS — New-York, 93, Liberty Street

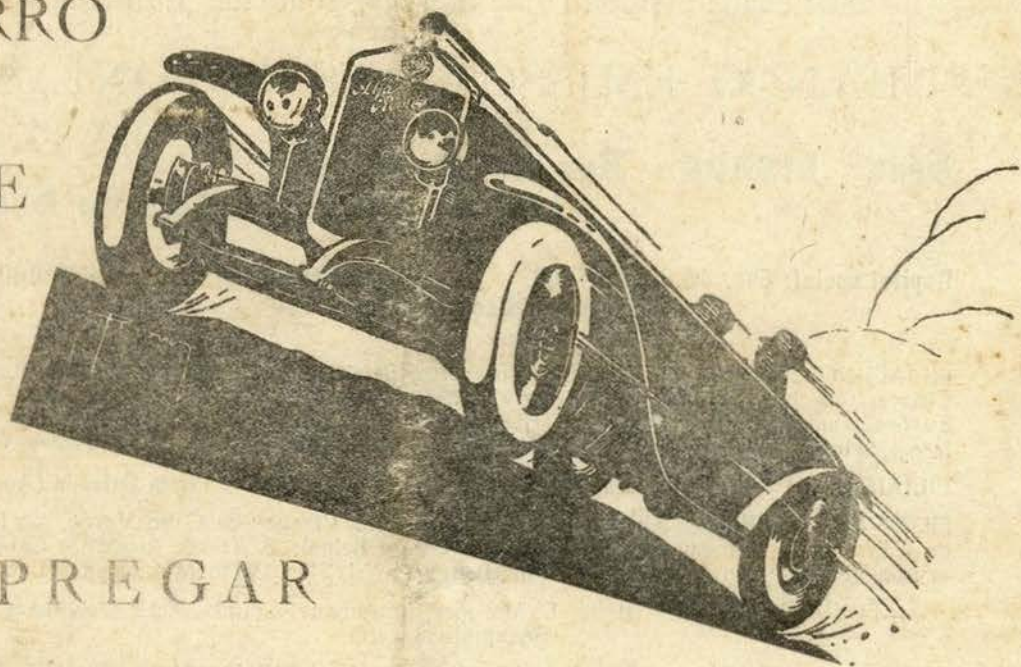
Operações bancárias de toda a especie no continente, ilhas adjacentes, Colónias, Brasil e restantes países estrangeiros

A VELOCIDADE

NUNCA FALTARA' AO

CARRO

QUE



EMPREGAR

Auto-Gazo

A MELHOR

GAZOLINA

VACUUM OIL COMPANY